

Balanço e marcas do Governo do PS
(2005-2009)

Fundação Res Publica
Lisboa, Versão de Setembro de 2009

Sumário

Um guia para o debate e para a análise crítica

I. O impulso reformista e modernizador: novos direitos, mais oportunidades:

1. Realizámos reformas fundamentais para a modernização e a coesão do país.
2. Criámos novos direitos sociais.
3. Pusemos em marcha o Plano Tecnológico.
4. Promovemos novas oportunidades para todos.

II. As políticas sociais: igualdade, coesão e serviço público:

5. Combatemos a pobreza e reduzimos as desigualdades.
6. Promovemos a equidade e combatemos a fraude e a evasão fiscal.
7. Apoiámos as famílias e incentivámos a natalidade.
8. Desenvolvemos os cuidados de saúde e promovemos a saúde pública.
9. Alargámos a protecção social a mais grupos populacionais.
10. Promovemos a sustentabilidade do Estado social.
11. Promovemos a negociação colectiva e a concertação social.
12. Promovemos a igualdade de género.
13. Apoiámos os jovens.
14. Promovemos a integração dos imigrantes.

III. As políticas de qualificação: educação, ciência e cultura:

15. Apostámos na educação e na formação.
16. Modernizámos o ensino superior.

17. Desenvolvemos o sistema científico e tecnológico.
18. Protegemos o património e incentivámos a criação cultural.

IV. A reforma do Estado e da administração pública: consolidação, modernização, desburocratização:

19. Consolidámos as contas públicas.
20. Reformámos o Estado e a administração pública.
21. Promovemos a descentralização e a coesão territorial.
22. Desenvolvemos as autonomias regionais.
23. Simplificámos e modernizámos a administração pública.

V. Economia e desenvolvimento: retomar o crescimento, combater a crise, modernizar Portugal:

24. Melhorámos as infra-estruturas de transportes e comunicações.
25. Modernizámos a economia.
26. Promovemos a eficiência energética e as energias renováveis.
27. Combatemos os efeitos da crise económica mundial.
28. Promovemos as políticas de ambiente e ordenamento do território.
29. Defendemos os consumidores.

VI. Liberdade, segurança, cidadania: aprofundar a democracia:

30. Afirmámos os interesses e o prestígio de Portugal na Europa e no Mundo.
31. Reformámos a Justiça.
32. Promovemos a segurança e a defesa, como condições da liberdade.
33. Aprofundámos a qualidade da democracia.

VII. Portugal a mudar: alguns exemplos

- A. Mais riqueza nacional afecta à função social do Estado.

- B. Diminuiu o risco de pobreza e diminuíram as desigualdades no rendimento.
- C. Mais alunos frequentam as escolas com melhores resultados.
- D. As escolas prestam um melhor serviço público.
- E. Mais apoios sociais.
- F. Ganhos de cobertura no Serviço Nacional de Saúde.
- G. Mais energia verde.
- H. Mais tecnologia.
- I. Mais contratação colectiva.
- J. Mais segurança.
- K. Portugal melhor na balança da Europa.

Um guia para o debate e para a análise crítica

Uma das principais finalidades estatutárias da Fundação Res Publica é a avaliação das políticas públicas, na perspectiva dos valores e princípios da esquerda democrática. Um dos seus departamentos, o instituto de estudos políticos, ocupa-se também desta finalidade, que naturalmente articula com o estudo e elaboração de novas propostas políticas, bem como com as actividades de divulgação e formação.

Há vários níveis de avaliação e debate das políticas públicas em curso, em determinada conjuntura. Os cursos de formação política da Res Publica e a sua revista *Finisterra* são instâncias de escrutínio e discussão; e a Fundação conduz e patrocina investigações de certo fôlego, quer de natureza normativa, quer de índole mais empírica.

A experiência de governação do Partido Socialista, que decorre desde 2005, oferece bons materiais para este indispensável trabalho. Por isso mesmo, entendeu-se útil disponibilizar uma informação tão sistemática quanto possível sobre as principais linhas de orientação e os principais resultados associados ao ciclo entre 2005 e 2009, isto é, ao mandato do XVII Governo Constitucional, liderado por José Sócrates, e à X Legislatura da Assembleia da República, de maioria absoluta do PS. Usamos, pois, “governo” em sentido amplo, incluindo aqui as realizações devidas à iniciativa da Maioria parlamentar.

A apresentação que se segue (e irá sendo, evidentemente, actualizada) tem uma natureza esquemática: assinala sistematicamente orientações, medidas de política e indicadores, sem curar de fundamentá-los, contextualizá-los e

qualificá-los. Tem também um propósito claro e politicamente situado, como é próprio da actividade da Fundação Res Publica, que se integra no campo ideológico e político da esquerda democrática: procura evidenciar a lógica e a coerência própria das políticas públicas que os socialistas portugueses procuraram pôr em prática, de 2005 a 2009. A primeira pessoa do plural do pronome pessoal (“nós realizámos”, “nós promovemos”, etc.) não deixará nenhuma espécie de dúvida sobre isso.

Mas há, pelo menos, duas maneiras de abordar esta apresentação. Uma é usá-la como argumentário, um guia para a sistematização e a divulgação do trabalho feito. Outra é usá-la como um roteiro para a análise crítica e o debate técnico e político deste trabalho.

Ambas as maneiras são totalmente legítimas. Mas a Fundação Res Publica gostaria de estimular a segunda, porque lhe parece crucial. Para que o desenvolvimento das políticas públicas orientadas pelos grandes valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade possa beneficiar cada vez mais da qualificação que só o estudo, o exame crítico e o debate democrático conseguem dar.

Lisboa, Setembro de 2009

Augusto Santos Silva

Coordenador dos estudos políticos da Fundação Res Publica

I

O impulso reformista e modernizador:

Novos direitos, mais oportunidades

1. Realizámos reformas fundamentais para a modernização e a coesão do país.

Em todas as áreas, lançámos e concluímos reformas estruturais:

Na educação, formação e ensino superior;

No Serviço Nacional de Saúde;

Na segurança social;

Na legislação laboral;

Na administração pública;

Nos regimes de licenciamento da actividade económica;

Na simplificação e modernização dos procedimentos administrativos;

Na energia;

Na justiça;

Na segurança e na protecção civil;

Na defesa nacional;

No sistema político;

Na organização territorial do Estado.

Em todas as reformas, orientámo-nos por princípios claros:

Prevalência do interesse público;

Modernização e simplificação;

Rigor e equidade;

Solidariedade e justiça social.

2. Criámos novos direitos sociais.

Todas as pessoas com mais de 65 anos cujos rendimentos sejam inferiores ao limiar da pobreza têm direito a uma prestação social que lhes garanta esse limiar – o Complemento Solidário para Idosos.

Em Agosto de 2009, 220 mil idosos beneficiavam do Complemento Solidário. Em 2009, a prestação anual média é de mil euros, o que corresponde a um aumento médio de 28% do rendimento do beneficiário. O valor de referência para o rendimento de cada idoso é de 4.960 euros/ano. A despesa orçamentada ascende aos 200 milhões de euros.

Todas as famílias com direito ao primeiro e segundo escalão do abono de família têm automaticamente direito a acção social escolar para os seus filhos.

Até ao ano lectivo de 2008-2009, só 238 mil alunos tinham direito a acção social escolar. Com a inclusão de todos os beneficiários dos dois primeiros escalões do abono de família, o número potencial de alunos com acção social escolar aumentou várias vezes. Em Junho de 2009, tinha ultrapassado o meio milhão.

No ensino básico, os beneficiários do primeiro escalão têm direito à totalidade dos apoios (refeições, manuais obrigatórios, visitas de estudo). Os beneficiários do segundo escalão têm direito a metade dos apoios. Os alunos do ensino secundário também têm direito a apoio.

No caso de a família estar atingida pelo desemprego, os alunos beneficiam de 100% dos apoios, qualquer que seja o seu escalão.

Os estudantes passam a usufruir da redução, em metade, do preço do passe dos transportes públicos.

O passe escolar 4-18 destina-se a apoiar as deslocações entre casa e escola dos alunos

entre 4 e 18 anos. Garante uma redução em metade do preço da assinatura mensal nos transportes públicos. O universo de abrangidos pode chegar aos 1,6 milhões de jovens. A partir de Setembro de 2009, o passe será alargado aos jovens com idade até aos 23 anos, beneficiando assim, também, os estudantes do ensino superior.

O abono a que as famílias têm direito é processado logo a partir da 13.^a semana de gravidez.

O abono pré-natal é uma nova prestação social, que abrange todas as mulheres grávidas de famílias com direito a abono de família, a partir da 13.^a semana de gravidez. Exige que a beneficiária esteja a recorrer aos cuidados de saúde, o que é uma forma de incentivar o acompanhamento médico nesta fase crucial da vida. Nos finais de Agosto de 2009, o número de grávidas que já beneficiaram de abono pré-natal ascendia a 175 mil.

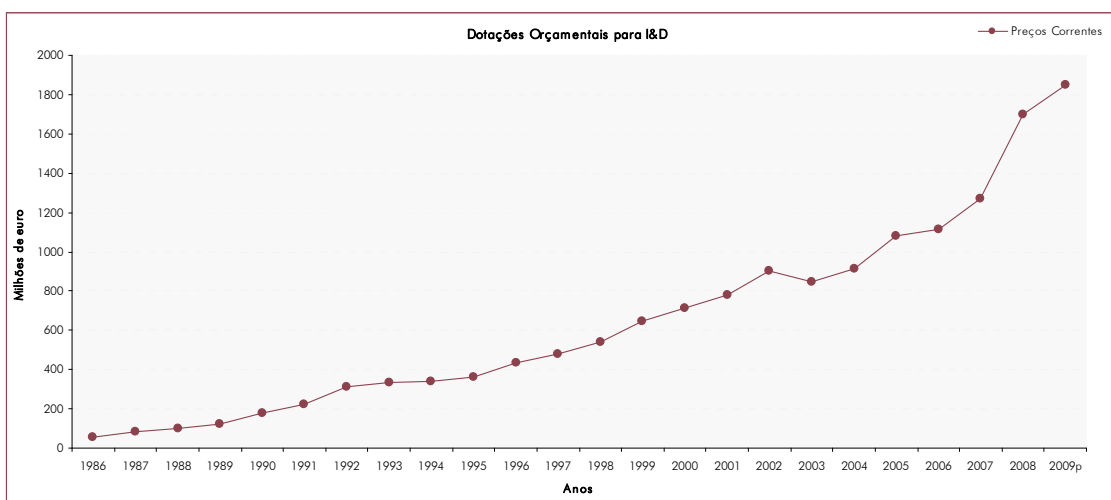
Os estudantes do ensino superior podem contrair empréstimos para pagar os seus estudos.

O empréstimo para realizar estudos superiores aplica-se em qualquer ciclo de estudos: licenciatura, mestrado ou doutoramento, e em programas de mobilidade internacional. O empréstimo pode chegar aos 25 mil euros, não exige aval ou garantia patrimonial, e é reembolsável entre 6 e 10 anos após a conclusão do curso, com pelo menos um ano adicional de carência de capital. Requer aproveitamento escolar, e os estudantes com boas classificações beneficiam de redução adicional de juros. Até Junho de 2009, já tinham obtido este empréstimo cerca de 6.600 estudantes.

3. Pusemos em marcha o Plano Tecnológico.

Aumentámos o financiamento em ciência e tecnologia, que ultrapassou pela primeira vez a meta de 1% do Produto Interno Bruto.

Evolução das dotações orçamentais para I&D, 1986-2009, em milhões de euros



Lançámos o computador Magalhães.

O computador Magalhães é uma marca portuguesa. Está concebido como um instrumento pedagógico, para o ensino no 1.º ciclo do ensino básico. O programa e.escolinha representa a distribuição maciça por todas as escolas de computadores especialmente preparados para o uso escolar por crianças. É, portanto, o maior movimento jamais realizado de familiarização das novas gerações de Portugueses com as tecnologias de informação e comunicação.

Os computadores Magalhães são gratuitos para os alunos beneficiários do primeiro escalão de acção social escolar, custam 20 euros para os do segundo escalão e custam 50 euros para os restantes. A ligação à Internet em casa é facultativa, sendo, em vários concelhos, garantida pelas autarquias locais.

Até Setembro de 2009, tinham sido distribuídos mais de 370 mil computadores Magalhães.

Concretizámos o programa de distribuição de computadores e promoção do acesso em banda larga para estudantes e professores.

Para além do computador Magalhães, especialmente vocacionado para os mais novos, o Governo promoveu a distribuição maciça, pelos estudantes e professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de computadores e ligações em banda larga. A medida abrange também os adultos inscritos no programa Novas Oportunidades.

Até Setembro de 2009, tinham sido distribuídos mais de 700 mil computadores. No caso dos alunos beneficiários do primeiro escalão de acção social, os computadores são distribuídos gratuitamente e a ligação à banda larga faz-se a custos muito inferiores aos de mercado.

Procedemos à modernização tecnológica das escolas.

Lançámos várias medidas de modernização tecnológica das escolas: redes intranet, melhoria da dotação de computadores por alunos, difusão de novos recursos informáticos, como os quadros interactivos, generalização de meios electrónicos de identificação e pagamento, sistemas de videovigilância.

Promovemos a massificação do uso das novas redes de comunicação.

No primeiro trimestre de 2009, 41% dos Portugueses estavam ligados em banda larga, fixa ou móvel (contra 28%, no quarto trimestre de 2007).

Lançámos o programa de investimento em novas redes de comunicações de nova geração, em banda larga de alta velocidade. O investimento total ronda os mil milhões de euros e o objectivo é, em 2009, ligar em banda larga um milhão de utilizadores.

Lançámos o Simplex, para a modernização e simplificação administrativa.

O Simplex é um programa concebido e executado pela administração pública

portuguesa. A sua finalidade principal é simplificar a vida dos cidadãos e das empresas, quando têm de contactar com a administração. Esta simplificação consegue-se através da redução e modernização dos procedimentos administrativos, eliminando os que são desnecessários, deixando de pedir às pessoas os documentos que os serviços podem obter por eles próprios e recorrendo sistematicamente às novas tecnologias de informação e comunicação.

Iniciativas emblemáticas do Simplex são o Cartão de Cidadão, o Documento Único Automóvel, a Empresa na Hora, a Informação Empresarial Simplificada ou a entrega da declaração do IRS por via electrónica.

Modernizámos, descongestionámos e conferimos capacidade de resposta aos tribunais.

Concretizámos o Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais. Em 2006, 2007 e 2008, o número de processos resolvidos nos tribunais portugueses excedeu o número de novos processos entrados. Foi a primeira vez que isto sucedeu em mais de 25 anos.

Entretanto, foi renovado o equipamento informático de todos os tribunais.

Nos processos cíveis, laborais e de família nos tribunais de primeira instância, está em prática o processo electrónico, isto é, todos os actos são feitos em suporte digital.

4. Promovemos novas oportunidades para todos.

Criámos o Programa Novas Oportunidades, para a formação e a qualificação de jovens e adultos.

Além de fomentar o ensino secundário profissional, o programa garante novas oportunidades de formação aos jovens e adultos que já estão inseridos no mercado de trabalho, sem possuírem o ensino secundário. Os Centros Novas Oportunidades reconhecem as competências que os formandos adquiriram na escola e ao longo da vida profissional, identificam as necessidades adicionais de formação e, uma vez concluída a formação, certificam a equivalência, consoante os casos, ao ensino básico (9.º ano) ou secundário (12.º ano).

Entre Janeiro de 2006 e Agosto de 2009, já se tinham verificado cerca de 950 mil inscrições e já tinham sido emitidas mais de 300 mil certificações, ao nível do 9.º ano e do 12.º ano.

Abrimos a novos públicos o ensino superior.

Baixou para os 23 anos a idade a partir da qual uma pessoa pode candidatar-se, por sua iniciativa, ao ensino superior, prestando as provas organizadas pelas universidades e politécnicos.

Criámos novas oportunidades de complemento ou reconversão de formação, especialmente dirigidas aos diplomados em áreas de baixa empregabilidade.

Em resultado da diminuição da taxa de insucesso no ensino secundário e da política de abertura de vagas no ensino superior, o número de novos inscritos nos primeiros anos dos cursos superiores aumentou significativamente. Em 2004-2005, eles eram, no conjunto das instituições públicas e privadas, 84 mil. Em 2008-2009, eram 115 mil.

Com os programas Inov, abrimos novas oportunidades de contacto com o mundo e de inserção profissional para os jovens diplomados.

São cinco os programas Inov, orientados para a formação e inserção profissional de jovens diplomados.

O Inov-Jovem promove a inserção de diplomados nas áreas científicas e de gestão em pequenas e médias empresas.

O Inov-Contacto assegura estágios em centros internacionais de inovação e negócios, promovendo a integração de jovens em empresas portuguesas com potencial de internacionalização em sectores e mercados prioritários.

O Inov-Vasco da Gama faculta estágios internacionais para gestores de pequenas e médias empresas, com idade até aos 35 anos.

O Inov-Artes apoia a realização de estágios internacionais por parte de jovens criadores, em entidades habilitadas no domínio cultural e artístico.

O Inov-Mundus incentiva a participação em projectos de cooperação e desenvolvimento internacional.

Até Maio de 2009, participaram, só no Inov-Jovem, 9.700 jovens; e mais 1.500 iniciam os seus estágios no verão de 2009.

II

As políticas sociais:

Igualdade, coesão, serviço público

5. Combatemos a pobreza e reduzimos as desigualdades.

Criámos o Complemento Solidário para Idosos, para que nenhuma pessoa com mais de 65 anos disponha de um rendimento inferior ao limiar da pobreza.

Em Agosto de 2009, 220 mil idosos beneficiavam do Complemento Solidário.

Os pensionistas de mais baixos rendimentos passaram a ter direito a medicamentos genéricos gratuitos.

Os pensionistas com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional nada pagam pelos medicamentos genéricos que lhes sejam prescritos. O Estado assume a totalidade do custo.

Os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos beneficiam ainda de apoios adicionais, na protecção da saúde.

Para além de beneficiarem da gratuitidade dos medicamentos genéricos, os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos têm majorada a comparticipação pública no preço dos restantes medicamentos: assim, o Estado paga a totalidade do preço dos medicamentos genéricos e paga metade do preço dos restantes medicamentos.

Beneficiam ainda de um programa de assistência em medicina dentária (dois cheques-dentista por ano) e de apoio específico para próteses dentárias, lentes e óculos, que se traduz na comparticipação de 75% das despesas, por cada três e dois anos, respectivamente.

O salário mínimo beneficia de um aumento histórico, acordado em sede de concertação por todos os parceiros sociais e pelo Governo. Nos termos desse acordo atingirá, em 2011, os 500 euros mensais.

Evolução do salário mínimo nacional, 2004-2009

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Valor mensal, em euros	365	375	386	403	426	450
Aumento anual		2,7%	2,9%	4,4%	5,7%	5,6%

Como resposta aos efeitos da crise económica mundial, criámos medidas específicas de protecção e apoio para os trabalhadores atingidos pelo desemprego.

As famílias atingidas pelo desemprego podem beneficiar, em 2009 e 2010, de uma moratória por dois anos de 50% da prestação do empréstimo para casa própria. O Estado financia os custos decorrentes desta alteração, a uma taxa inferior em 0,5% à taxa euribor.

Os filhos destas famílias, a frequentar o ensino básico e secundário, beneficiam de 100% dos apoios da acção social, no caso de serem beneficiários do abono de família e independentemente do respectivo escalão.

As famílias com desempregados que beneficiam do regime bonificado no crédito à habitação vêem aumentada a sua bonificação.

Na transferência de crédito para outra instituição ou no reembolso antecipado, não podem ser aplicadas comissões aos desempregados.

O subsídio social de desemprego foi alargado em mais seis meses e o limiar da condição de recursos foi elevado para um rendimento *per capita* de 450 euros mensais, assim permitindo que mais pessoas possam beneficiar.

O abono de família foi aumentado, em benefício das famílias mais vulneráveis ao risco de pobreza.

Em Julho de 2008, procedeu-se ao aumento em 25% do abono de família para as famílias do primeiro e segundo escalão – isto é, as famílias de mais baixos rendimentos. O aumento beneficia cerca de um milhão de crianças e adolescentes.

O abono de família é ainda majorado em 20% em caso de família monoparental, o que abrange 290 mil beneficiários.

Os alunos beneficiários dos dois primeiros escalões de abono de família passam a beneficiar automaticamente de acção social escolar no ensino básico e secundário.

As novas regras legais de fixação do valor das pensões de reforma beneficiam mais as pensões de mais baixo valor.

As novas regras garantem, a todos os pensionistas com pensão inferior a 1,5 do indexante de apoios sociais (em 2009, quase 630 euros), pelo menos a reposição do poder de compra. Esta garantia, independente do andamento da economia, aplica-se a cerca de 2,1 milhões de pensionistas, uns 91% do universo total – incluindo os 700 mil pensionistas, com pensão superior à mínima mas inferior a 1,5 IAS, que perderam sistematicamente poder de compra entre 2002 e 2005.

Aumentou o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção abrangidos por programas de inserção.

Entre Janeiro de 2005 e Novembro de 2008, o prazo médio de pagamento do Rendimento Social aos seus beneficiários passou de 184 para 60 dias.

A percentagem de beneficiários com contrato de inserção passou, no mesmo período, de 28% para 88%.

6. Promovemos a equidade e combatemos a fraude e a evasão fiscal.

Eliminámos subvenções e regimes especiais que não tinham fundamento nem justificação.

Eliminámos as subvenções especiais – como pensões vitalícias e indemnizações por abandono de cargos – para detentores de cargos políticos.

Eliminámos os regimes especiais de aposentação e outros benefícios para gestores públicos e administradores do Banco de Portugal.

Eliminámos os regimes especiais de protecção na saúde para certos corpos profissionais (excepto, naturalmente, nas Forças Armadas e de Segurança).

Realizámos a convergência entre o regime de aposentação dos funcionários públicos e o regime geral da segurança social.

Esta lógica de convergência foi seguida nas restantes dimensões de protecção social, assim como no regime de contrato de trabalho.

No caso da equiparação das idades de reforma, a transição faz-se, para os funcionários públicos, de forma gradual.

Revimos o imposto sobre o rendimento, de modo a beneficiar as famílias com menos rendimentos e mais despesas.

Introduzimos a taxa de 42% no IRS.

A partir de 2008, majorámos as deduções em IRS com os juros de empréstimos à habitação, para os escalões mais baixos deste imposto (majoração em 50% para o primeiro e segundo escalões, 20% para o terceiro e 10% para o quarto, beneficiando efectivamente um milhão de agregados familiares).

A partir de 2008, duplicámos a dedução fiscal por crianças até aos três anos de idade.

Combatemos a fraude e evasão fiscal.

Em 2007, foram cobrados coercivamente 1.633 milhões de euros de dívidas fiscais. Em 2008, 1.547 milhões de euros.

Terminámos com o sigilo fiscal, publicando as listas dos maiores devedores ao fisco, recuperando por esta via várias centenas de milhões de euros. O valor dos pagamentos efectuados por contribuintes notificados com o projecto de publicitação na lista chegou aos 689 milhões de euros, entre Julho de 2006 e Março de 2009.

Aumentámos as circunstâncias de derrogação do sigilo bancário, por exemplo em caso de exibição de sinais exteriores de riqueza; e introduzimos uma tributação agravada, à taxa de 60%, para os acréscimos patrimoniais superiores a 100 mil euros que decorram de rendimentos não justificados pelos respectivos titulares.

Combatemos a evasão contributiva e reforçámos a fiscalização, na segurança social e na inspecção do trabalho.

Revimos os regimes do subsídio de doença e do subsídio de desemprego, introduzindo maior equidade e reforçando a fiscalização; e reduzimos os prazos de pagamento das prestações.

Melhorámos os recursos e a eficácia da Autoridade para as Condições de Trabalho.

7. Apoiámos as famílias e incentivámos a natalidade.

Alargamento da rede de equipamentos sociais: creches e lares.

Lançámos o programa PARES, para o alargamento da rede de equipamentos sociais. As três fases do programa representam um investimento de 424 milhões de euros, com participação pública na ordem dos 212 milhões.

Foram aprovados 614 equipamentos que correspondem a 1.050 respostas sociais e a cerca de 40 mil lugares.

No que diz respeito a creches, o objectivo é atingir já em 2009 a meta europeia para 2010: um terço de cobertura.

Reforço do abono de família e criação do abono pré-natal.

O abono pré-natal aplica-se (sob condição de recursos) a mulheres grávidas, a partir da 13.^a semana e mediante acompanhamento médico. Até final de Agosto de 2009, haviam beneficiado do novo abono 175 mil mulheres. A transferência global para as famílias, por esta via, representava 98,5 milhões de euros.

Foi aumentado em 25% o abono para as famílias do primeiro e segundo escalão (as de rendimentos mais baixos, abrangendo um milhão de crianças e adolescentes). A transferência global para as famílias, por esta via, ascendia, em Maio de 2009, a 110 milhões de euros.

Foi duplicado o valor do abono de família para o segundo filho e triplicado daí em diante, no segundo e terceiro ano de vida da criança, abrangendo mais de 190 mil titulares.

Foi generalizada, a todos os beneficiários do abono de família, a 13.^a prestação, para apoio às despesas das famílias com a escola dos seus filhos, beneficiando 780 mil crianças e adolescentes.

Criação da licença de parentalidade, alargando o tempo dos pais trabalhadores para tomarem conta dos filhos recém-nascidos.

Substituímos a licença de maternidade, paternidade e adopção por uma licença de parentalidade inicial. Aumenta para 10 dias a licença obrigatória para o pai, aquando do nascimento de filho. A licença parental inicial passa a ser de quatro ou cinco meses (pagos a 100%), mas, se for partilhada por ambos os pais, pode estender-se até aos seis meses (pagos a 80%). Esta licença pode ir até um ano, com três meses adicionais para cada um dos progenitores, pagos com 25% da remuneração bruta. Anteriormente, a duração máxima da licença de paternidade/maternidade era de cinco meses, pagos a 80%. Os pais têm os mesmos direitos no caso de adopção, com um acréscimo de 30 dias em caso de adopção de mais do que uma criança.

Criámos os subsídios sociais de paternidade, maternidade e por adopção.

O novo Código do Trabalho alarga de 45 para 60 dias por ano as faltas justificadas para dar assistência à família. Os avós podem também usar esse direito, em vez dos pais.

A dedução fiscal, em sede de IRS, por crianças até aos 3 anos foi duplicada.

Criação de novos apoios às famílias para as despesas com a educação dos filhos.

Alargámos e desburocratizámos a acção social escolar, aumentando para mais do dobro o número dos alunos beneficiários no ensino básico e secundário: todos os beneficiários do primeiro e segundo escalão do abono de família passam automaticamente a ter direito à acção social escolar. Para 250 mil isto já significa, no ensino básico, refeições, livros escolares e computadores gratuitos e verbas para as despesas com material escolar e visitas de estudo; para os restantes, redução média de 50%. Aumentam também os apoios e os beneficiários no ensino secundário.

Criámos uma bolsa de estudos para o ensino secundário, destinada a apoiar o esforço das famílias com o prosseguimento dos estudos dos seus filhos e preparando, desde já, a extensão da escolaridade obrigatória para o nível secundário. Beneficiam da bolsa os estudantes com aproveitamento escolar que sejam abrangidos pelos dois primeiros escalões do abono de família. Assim, a partir de Setembro de 2009, um estudante do ensino secundário com menos de 18 anos e situado num dos dois primeiros escalões terá direito a uma bolsa no valor de duas vezes o abono de família (ou seja, um total,

entre abono e bolsa, de cerca de 131 euros mensais no primeiro escalão, ou de cerca de 109 euros mensais no segundo escalão).

Com a criação do passe escolar, as crianças e os jovens entre os 4 e os 23 anos beneficiam da redução em 50% do preço da assinatura mensal nos transportes urbanos.

A vigência dos manuais escolares foi alargada de 4 para 6 anos. Os manuais passaram a ser objecto de avaliação e certificação.

Aumento do apoio às famílias nas despesas com habitação.

Majoração das deduções com juros dos empréstimos para a aquisição de habitação própria, para os escalões mais baixos de IRS.

Incentivo, por via de deduções fiscais significativas, à criação de fundos de arrendamento imobiliário.

Alargamento do prazo para o reinvestimento, sem penalização fiscal, em nova habitação própria e permanente, de mais-valias obtidas com a venda de habitação.

Extensão do período de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis, assim como redução das suas taxas máximas.

8. Desenvolvemos os cuidados de saúde e promovemos a saúde pública.

Reformámos os cuidados de saúde primários, criando as Unidades de Saúde Familiar.

As Unidades de Saúde Familiar são uma forma de organização da prestação de cuidados de saúde em equipas multiprofissionais. A sua característica fundamental, do ponto de vista do utente, é a garantia de que todos os médicos da Unidade dispõem do acesso à informação respeitante ao seu caso clínico, havendo portanto sempre um profissional disponível para atendê-lo.

A rede de Unidades de Saúde Familiar (USF), conta, em Setembro de 2009, com 202 unidades em funcionamento e com mais de 4 mil profissionais. Isto significa cerca de 310 mil novos utentes com médico de família, chegando a 2,5 milhões o número de utentes potenciais.

Os idosos e dependentes têm hoje acesso a uma rede de cuidados continuados, num esforço conjunto da saúde e da segurança social.

Em Maio de 2009, a Rede Nacional de Cuidados Continuados compreendia 3.798 camas em funcionamento em unidades de internamento e 4.048 respostas domiciliárias. Esta rede tem uma dupla importância: liberta os hospitais dos cuidados com utentes que estão já em fase de convalescença; e garante a estes uma protecção integrada, no domínio da saúde e do apoio social.

Os níveis de eficiência e produtividade do Serviço Nacional de Saúde melhoraram.

O tempo de espera para cirurgia reduziu-se e também diminuiu o número de pessoas em listas de espera:

	2005	2006	2007	2008
Mediana do tempo de espera (meses)	8,6	6,8	4,4	3,7
Pessoas inscritas em lista de espera	241.425	226.113	199.711	176.723

Agora realizam-se mais consultas nos hospitais, e mais intervenções cirúrgicas:

	2004	2006	2007	2008	Variação 2004-2008
Consultas externas	7.980.851	8.721.147	9.167.895	9.731.232	+21,9 %
Intervenções cirúrgicas	504.839	523.975	575.052	627.963	+24,4 %

A cirurgia de ambulatório aumentou, de 24% das cirurgias programadas em 2004, para 40% em 2008, estando previsto que atinja os 50% em 2009.

Foram criados novos programas no Serviço Nacional de Saúde.

O SNS alargou significativamente a sua intervenção na saúde oral. Em 2008 passou a abranger as mulheres grávidas e os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos. Até 2009, foram utilizados mais de 40 mil cheques-dentista.

Em 2009, o programa inclui também os alunos das escolas públicas com 7, 10 e 13 anos, englobando mais de 200 mil crianças.

O programa de vacinação contra o cancro do colo do útero (a segunda causa de morte por cancro entre as mulheres) abrangeu, em 2008, as jovens com 13 anos de idade. Foram vacinadas 42 mil jovens. Em 2009, abrange as jovens nascidas em 1992 e 1994.

Foi reforçado o apoio público aos tratamentos de reprodução medicamente assistida.

Criámos o primeiro banco público de células do cordão umbilical.

Facilitámos o acesso ao medicamento e reduzimos o seu custo para os utentes e o Serviço Nacional de Saúde.

A quota de mercado dos medicamentos genéricos, em número de embalagens, subiu de 5%, em 2004, para 14%, em 2008. Os medicamentos genéricos passaram a ser gratuitos para os pensionistas com rendimento inferior ao salário mínimo.

Liberalizámos o regime de propriedade das farmácias e alargámos o período de atendimento ao público. Criámos também as farmácias hospitalares, estando já cinco em funcionamento, em Setembro de 2009.

Os medicamentos não sujeitos a receita médica deixaram de estar sujeitos à obrigatoriedade de venda em farmácias. No final de 2008, o país dispunha de 740 pontos de venda destes medicamentos.

Procedemos a sucessivas reduções dos preços de medicamentos, com benefício para os utentes e os contribuintes, estimando-se em 726 milhões a poupança obtida entre 2007 e 2009.

Alargámos a emergência pré-hospitalar

Entre 2004 e 2008, a cobertura do sistema de emergência médica passou de 55% para 100% do território nacional. E melhoraram significativamente os diferentes indicadores de recursos e níveis de atendimento: o número de viaturas médicas de emergência e reanimação (VMER's) passou de 29 para 40; o número de ambulâncias aumentou de 224 para 272; o número de chamadas atendidas passou de um milhão para 1,4 milhões por ano; os accionamentos de meios de socorro subiram de 341 mil para 585 mil.

Melhorámos a rede hospitalar.

Estão em curso as obras dos novos hospitais de Braga e Cascais, ambos prometidos há 20 anos. No caso do hospital da Guarda, que será completamente renovado, a obra iniciou-se em Maio de 2009.

Foi entretanto lançado o concurso para a construção do Centro Materno-Infantil Júlio Dinis-Maria Pia. E estão a decorrer os concursos para a construção, em regime de

parceria público-privada, dos Hospitais de Loures, Vila Franca de Xira, Todos-os-Santos e Central do Algarve.

Ainda em 2009 serão lançados os concursos para os novos hospitais de Gaia e de Vila do Conde / Póvoa de Varzim.

Racionalizámos a formação de médicos.

Entre 2004 e 2008, o número de vagas abertas nos cursos de medicina aumentou 36%, de 1.185 para 1.614.

Foi reorganizada a formação nas diversas especialidades médicas, privilegiando aquelas em que se verificam maiores carências e aproveitando toda a capacidade formativa. Exemplo disto mesmo é a medicina geral e familiar, para a qual foram canalizadas pelo menos 25% das vagas. Nos últimos cinco anos (2004-2009), esta especialidade admitiu 1.151 médicos – uma média anual de 230 médicos, mais do dobro do que em qualquer período homólogo anterior.

Tomámos medidas dirigidas ao reforço da saúde pública.

Na sequência da despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG), até às 10 semanas de gestação, foi combatido o aborto clandestino. Para além da garantia de assistência médica, em estabelecimentos de saúde, às mulheres que optaram pela IVG, foi possível aumentar o número de consultas de planeamento familiar e o nível de informação disponível para as mulheres. Uma percentagem significativa de mulheres desistiu de praticar a IVG depois de receberem informação e aconselhamento.

A lei de protecção dos não fumadores melhorou substancialmente as condições sanitárias e de bem-estar dos serviços, estabelecimentos e empresas, em benefício de trabalhadores e utentes. Induziu também a redução do consumo de tabaco. De acordo com um inquérito promovido pela Direcção-Geral de Saúde, no final de 2008, 5% dos fumadores tinham deixado de fumar e 22% tinham diminuído o consumo de tabaco.

Foi criada a ASAE, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, que se revelou um verdadeiro “provedor do consumidor”, nomeadamente na verificação da qualidade no comércio a retalho, na restauração, nas creches, infantários e escolas.

9. Alargámos a protecção social a mais grupos populacionais.

Alargámos a protecção na doença.

Acabámos com as restrições no regime de protecção social, passando a haver um único regime. Com a aprovação da reforma laboral, todos os trabalhadores têm direito não só à protecção nas eventualidades da maternidade, invalidez, velhice, morte, acidentes profissionais mas também na doença.

Os trabalhadores da administração pública com contrato individual de trabalho passaram a beneficiar de ADSE, que até 2009 estava reservada aos trabalhadores em regime de nomeação definitiva ou com contrato administrativo de provimento. Estamos a falar de mais de 60 mil trabalhadores da administração central do Estado, a que se juntam também os trabalhadores das administrações regionais e locais com idêntica vinculação contratual.

Às baixas por doença com duração igual ou inferior a 90 dias, foi reposto um subsídio de 65% da remuneração bruta, contra os 55% impostos pelos Governos do PSD/CDS. Nas baixas por doença superiores a 90 dias, o subsídio passou de 55 para 60%. Esta foi uma medida que teve um impacto muito importante na vida de mais de um milhão de portugueses: 715 mil beneficiaram com o aumento de 10 p.p. e 320 mil com o aumento de 5 p.p..

Alargámos a protecção no desemprego.

A revisão do subsídio de desemprego, acordada com todos os parceiros sociais, veio reforçar a protecção dos trabalhadores com maiores carreiras contributivas.

No quadro da reforma da administração pública, a protecção na eventualidade de desemprego foi estendida a todos os trabalhadores vinculados por contratos a termo, terminando assim a discriminação negativa de que sofriam e concluindo o processo iniciado no segundo Governo de António Guterres, o qual já havia suprido esta carência em relação aos docentes contratados para a educação básica e o ensino secundário.

Alargámos a protecção da família e da parentalidade.

Os imigrantes titulares de uma autorização de permanência, que descontam para a segurança social, não tinham direito ao abono de família. Corrigimos essa injustiça.

Criámos o subsídio social de parentalidade, para os pais trabalhadores que não têm o tempo de descontos suficiente para ter acesso ao subsídio de parentalidade.

10. Promovemos a sustentabilidade do Estado social.

Fizemos a reforma da Segurança Social, defendendo a Segurança Social pública.

Introduzimos o factor de sustentabilidade, a contabilização de toda a carreira contributiva e regras legais para o aumento das pensões. Esta reforma permitiu adequar o sistema público de segurança social à progressão da esperança de vida e associou a fixação do valor das pensões à evolução da economia, garantindo sempre pelo menos a reposição do poder de compra às pensões de valor mais baixo.

Assim, a União Europeia validou as projecções apresentadas pelo Governo português em relação à despesa com pensões: Portugal saiu oficialmente da zona de alto risco para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social.

O Orçamento de Estado passou a incluir um estudo sobre a sustentabilidade da Segurança Social. Em consequência da reforma introduzida, a projecção do ano de desequilíbrio passou de 2016 (previsão do relatório técnico de Maio de 2006) para 2039 (previsão do relatório anexo ao Orçamento para 2009).

Criámos um sistema complementar público: os certificados de reforma.

Os certificados de reforma constituem um instrumento de capitalização interno ao sistema público, de adesão voluntária. Beneficiam de incentivos fiscais próprios, acumuláveis com os incentivos fiscais às contas poupança-reforma. A adesão determina o pagamento mensal de uma contribuição, permitindo mais tarde optar pelo recebimento de um complemento de pensão ou pelo resgate do capital acumulado. Em Setembro de 2009, já havia 6.500 aderentes.

Procedemos à convergência dos regimes de protecção social na Função Pública com o da Segurança Social.

A convergência faz-se de forma gradual, para os trabalhadores já em exercício de funções. Em consequência, os trabalhadores do sector público e do sector privado são abrangidos pelo mesmo sistema de protecção social.

Atribuimos a dotação orçamental necessária ao Serviço Nacional de Saúde.

O Orçamento inicial de 2005, da responsabilidade do Governo PSD-CDS, apresentava uma subdotação do SNS que o Banco de Portugal calculou em 1,5 mil milhões de euros. Esta subdotação foi corrigida no Orçamento rectificativo. Desde então, o SNS tem tido o orçamento de que precisa, e que tem sido gerido com sobriedade e rigor.

Com o Governo do PS, deixou de haver orçamentos rectificativos por causa de descontrolo da despesa com a saúde. O Ministério da Saúde encerrou sempre as suas contas dentro do orçamento previsto, sem requerer nenhuma dotação suplementar. Pelo quarto ano consecutivo, o orçamento foi cumprido. Isto nunca tinha acontecido antes.

Através da transformação dos hospitais em entidades públicas empresariais, foi possível introduzir regras de gestão profissional e moderna, sem beliscar a natureza e os fins públicos do SNS.

Apoiámos as iniciativas da sociedade civil para a solidariedade social.

As misericórdias, mutualidades e instituições particulares de solidariedade social são parceiras do Estado nas áreas dos cuidados com a infância, da educação, da acção social e da saúde. Para além de aprofundar os programas de cooperação já existentes, criámos a nova rede de cuidados continuados segundo esta lógica de parceria.

Em 2009, o valor do financiamento da Segurança Social ao sector solidário, para fins de acção social, ascende a 1,2 mil milhões de euros, o valor mais alto alguma vez atingido.

11. Promovemos a negociação colectiva e a concertação social.

Concluimos acordos em sede de concertação social, sobre as mais importantes reformas sociais e laborais.

Promovemos seis acordos na comissão permanente da concertação social: revitalização da negociação colectiva; revisão do subsídio de desemprego; reforma da segurança social; aumento do salário mínimo; formação profissional; revisão da legislação laboral.

Também a integração dos bancários na segurança social pública foi objecto de um acordo tripartido.

Conseguimos ainda acordos com sindicatos da administração pública em aspectos centrais da reforma desta: regime de vínculos, carreiras e remunerações, e diplomas de aplicação; sistema de avaliação; estatuto disciplinar; regime de contrato de trabalho em funções públicas; protecção social; protecção da parentalidade.

Assinámos ainda o primeiro acordo de contratação colectiva na administração pública (com a FESAP e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado).

O novo Código do Trabalho promove a negociação e a contratação colectiva.

Além de clarificar a regra da conformação dos contratos individuais e da contratação colectiva à lei, alterou-se o regime de caducidade das convenções colectivas de trabalho, de modo a preservar níveis adequados de segurança das convenções em vigor e, ao mesmo tempo, estimular as dinâmicas de renovação da regulação colectiva. A lei impede a ocorrência de qualquer vazio contratual.

A aplicação dos instrumentos de adaptabilidade interna das empresas (como os bancos de horas, os horários concentrados e outros) depende de acordo com os trabalhadores.

12. Promovemos a igualdade de género.

Aprovaço da Lei da Paridade.

A lei fixa em um terço a representaço mínima para ambos os sexos nas listas eleitorais e determina a impossibilidade de apresentaço, na ordenaço das listas, de mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente.

Conciliaço da vida familiar e da vida profissional.

Substituiço da licença de maternidade, paternidade e adopço por uma licença de parentalidade inicial. Aumentou para 10 dias a licença obrigatória para o pai, aquando do nascimento de filho. Criou-se uma licença adicional opcional, desde que gozada simultaneamente pelos dois pais. E alargou-se o período de licença de parentalidade, podendo ir até um ano, e com benefício para os progenitores que a partilhem.

Combate à violência doméstica.

Criaço de um crime específico de violência doméstica.

Aprovaço da lei contra a violência doméstica, que consagra o crime de violência doméstica como crime de investigaço prioritária, define o respectivo processo como urgente e garante maior protecço da vítima, criando o estatuto da vítima de violência doméstica.

Alargamento da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, com núcleos de atendimento em todos os distritos. Em Setembro de 2009 existiam pelo país 36 casas de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica.

Isenço de pagamento das taxas moderadoras para vítimas de violência doméstica.

Fim das discriminaço de g nero na carreira militar.

Consagraço da igualdade de g nero no recrutamento, acesso e desempenho, no âmbito

da carreira militar.

Reforço do apoio público às iniciativas de promoção da igualdade de género.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional aumenta significativamente o apoio financeiro às políticas de igualdade de género.

Destaca-se o apoio a projectos de empreendedorismo feminino, à prevenção da violência de género e à concretização de planos para a igualdade, assim como o apoio à actividade das organizações não governamentais com trabalho nesta área.

13. Apoiámos os jovens.

Facilitámos o acesso à habitação.

Apoiámos o arrendamento jovem, através do programa Porta 65, que corrigiu as injustiças e a vulnerabilidade à fraude do antigo IAJ. Em 2008, 34 mil jovens foram apoiados, ao abrigo destes dois programas.

Foram alargados os prazos dos empréstimos bonificados para habitação até ao limite de 50 anos, para benefício potencial de cerca de 415.000 famílias.

Foi alargado o prazo de isenção do IMI e reduzidas as suas taxas máximas.

Foi instituído um sistema inovador de protecção do património imobiliário das famílias, instituindo a possibilidade de as famílias endividadas alienarem o imóvel a um fundo, substituindo os encargos com a prestação bancária por uma renda de valor inferior e mantendo uma opção de compra sobre o imóvel.

Combatemos a precariedade e promovemos o emprego.

Criámos os programas Inov, para favorecer a transição dos estudos para o mercado de emprego.

Com a reforma laboral, fim dos estágios profissionais não remunerados e criação de incentivos específicos à contratação de jovens. Nova presunção de contrato de trabalho, no quadro do combate aos falsos recibos verdes. No futuro, a contribuição patronal para a segurança social será desagravada para as contratações sem termo, e agravada para as contratações a termo.

Temporariamente, em 2009, os empregadores que contratem sem termo jovens até 30 anos à procura de primeiro emprego ou desempregados há mais de 6 meses, podem beneficiar de um pagamento de apoio à contratação de 2.000 euros, mais 2 anos de isenção de pagamento de contribuições para a segurança social.

Foram reforçados os estágios profissionais para jovens, atingindo, em 2009, 37.000.

Foram criados instrumentos de apoio à criação do próprio emprego por desempregados e à integração de 30.000 desempregados em instituições não lucrativas.

Investimos na educaço.

Criámos as bolsas de estudo para frequência do ensino secundário.

Criámos os empréstimos para estudos superiores.

Lançámos o passe escolar e intensificámos a acção social escolar, quer no ensino básico e secundário quer no ensino superior.

Desenvolvemos o ensino secundário profissional.

Facilitámos o acesso a computadores e a ligação à Internet em banda larga.

Criámos o programa Novas Oportunidades.

Apoiámos a prática desportiva.

No âmbito das actividades de enriquecimento curricular, a educaço física e o desporto passaram a fazer parte do 1.º ciclo do ensino básico, em praticamente todas as escolas.

Melhorámos as infra-estruturas públicas para a prática desportiva, designadamente através do programa de construção de mais de 200 mini-campos desportivos polivalentes e através do programa de dotação, com campos relvados, dos 80 municípios que ainda não os possuíam. Desenvolvemos também a rede nacional de centros de alto rendimento desportivo, abrangendo duas dezenas de modalidades.

Aprovámos novas medidas de combate à corrupção, ao doping e à violência no desporto.

Reforçámos ainda o apoio aos atletas olímpicos.

14. Promovemos a integração dos imigrantes.

A nova Lei da Nacionalidade incentiva a obtenção da nacionalidade portuguesa pela segunda geração de imigrantes.

A nova lei dá mais condições para a obtenção da nacionalidade portuguesa pela segunda geração de imigrantes. Entre Dezembro de 2006 e Setembro de 2009, 12.400 crianças filhas de imigrantes obtiveram a nacionalidade portuguesa.

A nova Lei da Imigração incentiva a integração.

A nova lei simplifica os procedimentos de autorização de residência, combate a imigração ilegal e promove a integração de imigrantes. Reforça os direitos dos imigrantes com situação regularizada, o reconhecimento do direito ao reagrupamento familiar para as uniões de facto e para filhos maiores de idade, a simplificação dos procedimentos de autorização de residência.

Intensifica também o combate à imigração ilegal.

Paralelamente, no novo Código Penal, foi agravado o crime de tráfico de pessoas. Também foi criado o Centro de Acolhimento e Protecção a Vítimas de Tráfico de Pessoas (e seus filhos menores).

Os direitos e benefícios sociais foram alargados a todos os imigrantes que se encontrem legalmente em Portugal.

Desde 2006, todos os imigrantes têm direito de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, ao abono de família, ao subsídio de desemprego e ao rendimento social de inserção.

Foi reforçado o ensino da língua portuguesa: em 2009, existem cursos de ensino de português para estrangeiros adultos em 125 escolas, localizadas em zonas de maior imigração; o ensino do português como segunda língua de alunos estrangeiros foi também apoiado.

III

As políticas de qualificação:

Educação, ciência, cultura

15. Apostámos na educação e na formação.

Melhorámos o serviço público prestado às famílias e aos alunos.

Reordenámos a rede escolar do 1.º ciclo, encerrando sistematicamente as micro-escolas com muito poucos alunos e sem condições de trabalho: entre 2006 e 2008, foram extintas 2.200 escolas deste tipo. Lançámos, em alternativa, os centros escolares, com os recursos indispensáveis, tais como bibliotecas, refeições e instalações para educação física, e com pessoal docente estabilizado. Em Setembro de 2009, já se encontravam em funcionamento 127 centros escolares, sendo do número das duas centenas os centros em construção ou projecto.

Generalizámos o fornecimento de refeições escolares (passando de 30% para 94% das escolas do 1.º ciclo).

Concretizámos o princípio da escola a tempo inteiro: as escolas do 1.º ciclo passaram a estar abertas até às 17h30, com oferta de actividades de enriquecimento curricular.

Em todo o ensino básico e secundário, garantimos as aulas de substituição e outras actividades de ocupação plena dos tempos escolares.

Introduzimos o princípio de avaliação e certificação dos manuais escolares e alargámos o período de vigência, de quatro para seis anos.

Criámos o passe escolar 4-18 anos, que garante uma redução de 50% no preço da assinatura mensal de transportes públicos.

Alargámos e simplificámos a acção social escolar: todos os beneficiários dos dois primeiros escalões do abono de família têm direito à acção social escolar.

Modernizámos a organização e a gestão escolar.

Criámos e desenvolvemos o Programa de Avaliação Externa das Escolas, conduzido pela Inspeção-Geral da Educação: 700 escolas já foram avaliadas desde que o programa começou, em 2007.

A colocação de docentes passou a ser plurianual: por três anos, em 2006, e por quatro anos, a partir de 2009, assim favorecendo a estabilidade e a continuidade pedagógica.

O novo regime de gestão escolar reforça a direcção executiva unipessoal e garante maior participação dos pais e das autarquias no conselho geral da escola, órgão dotado de mais competências.

O novo Estatuto do Aluno combate o absentismo escolar e reforça a capacidade dos docentes e dos órgãos de gestão em questões disciplinares.

Transferimos competências para as autarquias, na gestão de pessoal não docente, nas instalações e equipamentos escolares, na organização e financiamento das actividades de enriquecimento curricular e no apoio social escolar, em todo o ensino básico, numa lógica de contratualização com as autarquias interessadas (100 autarquias envolvidas, em Maio de 2009).

Lançámos o programa de modernização do parque escolar, para a qualificação das escolas secundárias. Em 2009, o investimento público neste domínio chegará aos 800 milhões de euros.

Lançámos também o programa de recuperação das 50 escolas básicas de 2.º e 3.º ciclos mais degradadas. O programa implica 175 milhões de investimento público, cabendo aos municípios a sua execução física.

Alargámos a rede de educação pré-escolar nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Enriquecemos a oferta educativa e combatemos o abandono escolar.

Generalizámos a todas as escolas do 1.º ciclo a oferta de inglês, estudo acompanhado, música e actividade física e desportiva.

As provas de aferição no 4.º e 6.º anos de escolaridade passaram a aplicar-se a todos os alunos, e os resultados são devolvidos às escolas, para orientarem os planos de desenvolvimento da aprendizagem.

Lançámos o Plano Nacional de Leitura, para a intensificação do contacto com o livro e a leitura desde a educação de infância até ao fim da escolaridade.

Lançámos o Plano de Acção para a Matemática, para resposta específica aos problemas de aprendizagem nesta disciplina.

Reforçámos o ensino artístico, tendo aumentado em 40% o número de alunos a frequentar cursos de ensino especializado de música.

Atribuímos prémios aos melhores alunos do ensino secundário.

Desenvolvemos o ensino secundário profissional, garantindo a sua oferta sistemática pelas escolas secundárias públicas e apoiando os projectos das escolas profissionais. O número de alunos inscritos em 2008-2009, 91 mil, triplica o valor de 2005 e representa quase um terço do total de alunos inscritos no ensino secundário.

Aumentámos a oferta de cursos de educação e formação, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.

Reduziu-se a taxa de insucesso no ensino básico no ensino secundário: no ano lectivo de 2007-2008, atingiram-se os valores mais baixos da última década, com melhoria em todos os ciclos de ensino.

Entre 2004/5 e 2006/7, a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos com menos que o curso secundário e fora do sistema, baixou de 39% para 36%. Por outro lado, entre 2004/5 e 2008/9, a taxa de retenção baixou de 12,2% para 7,7% no ensino básico e de 33% para 18% no ensino secundário.

Articulámos educação e formação.

Criámos o Programa Novas Oportunidades. Além de fomentar o ensino secundário profissional, o programa garante novas oportunidades de formação aos jovens e adultos que já estão inseridos no mercado de trabalho, sem possuírem o ensino secundário. Os Centros Novas Oportunidades reconhecem as competências que os formandos adquiriram na escola e ao longo da vida profissional, identificam as necessidades adicionais de formação e, uma vez concluída a formação, certificam a equivalência, consoante os casos, ao ensino básico (9.º ano) ou secundário (12.º ano).

Apostámos na massificação do uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Programa e.escola: distribuição de computadores e promoção do acesso em banda larga para estudantes do ensino secundário e dos últimos ciclos do ensino básico, professores e formandos Novas Oportunidades (mais de 700 mil computadores entregues até Setembro de 2009).

Programa e.escolinha: lançamento do computador Magalhães, vocacionado para o uso pelas crianças e sua distribuição sistemática pelos alunos do 1º ciclo (350 mil

computadores distribuídos, até Maio de 2009).

Plano Tecnológico na educação: redes intranet nas escolas; dotação de computador por alunos abaixo da média da UE (havia 16 alunos por computador em 2005; há cinco alunos por computador em 2009); difusão de novos recursos informáticos, como os quadros interactivos; generalização de meios electrónicos de identificação e pagamento; sistemas de videovigilância. Este Plano envolve a aquisição de 310 mil computadores, 25 mil videoprojectores e 9 mil quadros interactivos.

Todas as escolas do 2.º e 3.º ciclo e sedes de agrupamento passaram a dispor de biblioteca integrada na Rede de Bibliotecas Escolares, programa que, entre 2005 e 2009, teve um incremento de 44%. A biblioteca é uma valência obrigatória de cada novo centro escolar.

Reforçámos a cultura de avaliação e a valorização do desempenho profissional.

No quadro da revisão do Estatuto da Carreira Docente dos educadores de infância e professores do ensino básico e secundário, foi introduzida a categoria de professor titular e foi regulada a avaliação do desempenho docente, com consequências efectivas para a progressão na carreira e os concursos de colocação. Foi criada também a prova de ingresso na profissão docente.

Generalizámos a formação contínua de professores do 1.º ciclo em Português, Matemática e Ciências.

Críamos o Prémio Nacional dos Professores.

16. Modernizámos o ensino superior.

Concretizámos o Processo de Bolonha.

Aprovámos o novo regime de graus e diplomas, de acordo com o Processo de Bolonha (licenciaturas, mestrados, doutoramentos).

Abrimos o ensino superior a novos públicos, designadamente através do regime de acesso para maiores de 23 anos.

Facilitámos a mobilidade de estudantes entre as instituições do ensino superior.

Reforçámos a acção social escolar e criámos os empréstimos para estudantes do ensino superior, com aval do Estado, período de carência e bonificação de juros.

A fracção da população com 20 anos de idade inscrita no ensino superior cresceu 15% entre 2005 e 2009, atingindo os 35%, um valor próximo da média europeia.

Modernizámos o regime jurídico e de governo.

O novo regime jurídico e de governo das instituições de ensino superior reforça os poderes das lideranças (reitores, presidentes ou directores) e dos conselhos gerais. Nestes, os professores deixam de estar em minoria; e aumenta a participação de entidades externas. O ensino público e o ensino privado passam a estar sujeitos ao mesmo regime, com maior exigência quanto à qualificação do corpo docente.

A lei consagra a possibilidade de evolução para fundações e consórcios. Três instituições – a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro e o ISCTE – já passaram a fundações, apresentando mais de 50% de receitas próprias, integrando e consolidando as instituições científicas associadas e ganhando maior autonomia de organização e gestão e maior capacidade de interacção com o meio ambiente.

Promovemos a internacionalização do ensino superior português.

Entre os acordos de cooperação das instituições portuguesas com centros de referência mundial contam-se os celebrados com o Massachusetts Institute of Technology (MIT),

a Universidade de Harvard, a Universidade de Austin, Texas, e a Universidade de Carnegie Mellon.

Destaque-se a entrada em funcionamento do Lisbon MBA, que reúne duas universidades portuguesas e o MIT.

Introduzimos mais exigência e prestação de contas nas instituições.

O novo sistema de avaliação das instituições e cursos é dirigido por uma agência independente das instituições. A mesma agência é também responsável pelo processo de acreditação.

Desde 2006, decorre um processo, inédito em Portugal, de avaliação internacional das instituições de ensino superior, avaliação a cargo da Associação Europeia das Universidades.

Foram encerradas várias instituições de ensino superior que deixaram de preencher os requisitos para existirem como tais.

17. Desenvolvemos o sistema científico e tecnológico.

Aumentámos o financiamento público e estimulámos o financiamento privado de investigação e desenvolvimento.

A despesa com I&D aumentou de 0,8% do PIB, em 2005, para 1,2% em 2008, ultrapassando assim, pela primeira vez, a barreira do 1%. As empresas foram as principais responsáveis por este aumento.

Repusemos, em 2005, o regime de incentivos fiscais à I&D nas empresas e reforçámo-lo, em 2009. A dedução fiscal, em sede de IRC, é muito generosa, podendo chegar, em certos casos, aos 82,5% do investimento – o que torna o nosso sistema de incentivos fiscais às empresas o mais competitivo da Europa.

Favorecemos o emprego científico.

Aumentou o número de investigadores, que passaram de 3,8 por mil activos em 2005 para 5 por mil em 2007. 44% dos investigadores são mulheres, uma das mais altas taxas da Europa.

Entre 2005 e 2007, mais do que duplicou o número de investigadores empregados nas empresas.

A qualificação do corpo docente no ensino superior atingiu níveis inéditos: em 2007, 65% do total do corpo docente universitário era constituído por doutorados (contra 43% em Janeiro de 2005).

Promovemos a internacionalização da comunidade científica portuguesa.

Aumentou o número de artigos de investigadores portugueses em publicações científicas internacionais

Aumentou o número de patentes portuguesas registadas na Europa e nos Estados Unidos.

Os centros de investigação são obrigatoriamente sujeitos a avaliação internacional. Criámos, em conjunto com Espanha, o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, localizado em Braga, a primeira organização internacional de investigação da Península Ibérica.

Promovemos a cultura científica e tecnológica.

A rede nacional de Centros Ciência Viva integra 18 centros (eram 10 em 2005). O programa Ciência Viva na Escola apoia projectos de ensino experimental das ciências, estando em conclusão mais de 1.000 projectos em escolas básicas e secundárias e acções de dinamização da cultura científica e tecnológica, iniciados em 2006. O programa de estágios do ensino secundário em laboratórios de investigação (que já mobilizou, desde o seu início, cerca de 7.000 jovens) inclui também, desde 2007, o intercâmbio com instituições científicas espanholas.

18. Protegemos o património e incentivámos a criação cultural.

Entraram em funcionamento novos equipamentos culturais.

Entraram em funcionamento novos museus, como o Museu do Douro e o Museu Colecção Berardo.

Está em construção o Museu do Cêa e foram aprovados os projectos do novo Museu dos Coches e do pólo expositivo de cinema na cidade do Porto.

A Casa da Música iniciou a actividade e foi constituída a respectiva fundação.

Foram inauguradas 42 novas bibliotecas municipais da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e 25 arquivos municipais.

Guimarães foi escolhida para Capital Europeia da Cultura 2012.

Aprovámos uma nova política da língua portuguesa.

Portugal ratificou finalmente o Acordo Ortográfico.

Foi constituído o Fundo para a Língua Portuguesa.

Foi criado o Programa DOCTV-CPLP, fomentando a produção e teledifusão do documentário, o que constitui o primeiro projecto cultural envolvendo todos os Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Desenvolvemos novos instrumentos de apoio à criação artística.

Lançámos o programa Inov-Artes, apoiando a realização de estágios internacionais no domínio cultural e artístico, entre três e nove meses, para jovens até aos 35 anos. Na primeira edição, em 2009, foram abrangidos 242 artistas.

Criámos o Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual e reforçámos as obrigações dos operadores de televisão, com particular expressão no serviço público, para a promoção da criação audiovisual independente.

Aumentámos em 15% os apoios directos aos agentes culturais, nas áreas da música, dança, teatro, cruzamentos disciplinares, alargando esses apoios às artes plásticas e

fotografia.

Aumentámos em 150% a dotação do Programa Território Artes, plataforma de apoio à contratação de produções culturais pelas autarquias.

Desenvolvemos novos instrumentos para a defesa do património cultural.

Foram executadas e concluídas cerca de 100 intervenções em património, em todo o país – sendo disso exemplo paradigmático a intervenção no mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra. No âmbito do QREN, estão já aprovadas dezenas de novos projectos de recuperação e valorização patrimonial.

Foi criado, em estreita parceria com o sector privado, o Programa “Cheque-Obra”. Para apoiar especificamente a recuperação do património edificado classificado, as empresas aderentes entregam um donativo em espécie, em obra, de montante equivalente a 1% do valor das empreitadas de obras públicas iguais ou superiores a 2,5 milhões de euros. Criámos o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

IV

A reforma do Estado e da administração pública:

Consolidação, modernização, desburocratização

19. Consolidámos as contas públicas.

Entre 2005 e 2008, reduzimos o défice orçamental, para valores nunca antes atingidos.

Evolução do défice orçamental, em % do PIB, 2005-2008

(Valor implícito no OE inicial de 2005)	2005	2006	2007	2008
(6,8)	6,1	3,9	2,6	2,7

A consolidação orçamental permitiu repor os equilíbrios macro-económicos e preparou melhor o país para responder à crise mundial de 2008-2009.

A redução do défice orçamental permitiu a Portugal honrar os seus compromissos europeus, saindo do procedimento por défice excessivo, em 2008, um ano antes do acordado.

Foi por ter resolvido, em tempo útil, a crise orçamental recebida em 2005 que o Estado dispôs de margem para responder à crise económica mundial, apoiando as famílias e as empresas.

A consolidação orçamental fez-se através de reformas estruturais nos grandes agregados da despesa pública.

A reforma da segurança social e a convergência entre o regime de protecção social dos trabalhadores da administração pública e o dos trabalhadores do sector privado reforçaram a sustentabilidade e a equidade do sistema social.

Depois de corrigida a desorçamentação das despesas com a saúde, evidente no orçamento inicial para 2005, o Serviço Nacional de Saúde geriu rigorosamente as

verbas afectadas, terminando, logo em 2005, com a crónica derrapagem das suas contas.

A reforma da administração pública generalizou a avaliação de desempenho e acabou com as progressões automáticas.

Através da contenção nas entradas de novos funcionários (aplicando a regra de uma só entrada por cada duas saídas) e com as mudanças introduzidas no regime de mobilidade, a administração pública reduziu o número de trabalhadores em cerca de 58 mil, entre Dezembro de 2005 e Junho de 2009.

A despesa com pessoal da administração pública, medida em % do PIB, baixou de 14,5%, em 2005, para 12,9%, em 2008.

As novas leis das finanças locais e das finanças regionais reforçaram também a disciplina e o rigor financeiros, além da equidade entre autarquias locais e entre regiões autónomas.

20. Reformámos o Estado e a administração pública.

Reestruturámos a administração central do Estado.

Com o PRACE, que reviu sistematicamente as funções e a organização da administração central, foi extinta uma em cada quatro macro-estruturas e foram eliminados 25 por cento dos cargos dirigentes.

A administração desconcentrada foi reconduzida a dois modelos de organização geográfica (as regiões e os distritos), em vez dos 30 modelos diferentes que vigoravam anteriormente.

Generalizámos o princípio e o sistema de avaliação de desempenho.

O novo sistema de avaliação obriga à avaliação regular dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores.

A avaliação é qualitativa, havendo quotas para as classificações de excelente e muito bom, e a promoção profissional fica dependente da avaliação de desempenho, acabando a lógica da progressão automática de acordo apenas com a antiguidade. Os melhores desempenhos abrem a possibilidade de prémios remuneratórios adicionais.

Racionalizámos a organização dos vínculos e das carreiras e favorecemos a mobilidade.

A reforma estabelece dois tipos fundamentais de vínculos: a nomeação, para as funções de soberania, e o contrato de trabalho em funções públicas, para a generalidade das restantes.

Simplifica-se e clarifica-se a organização das carreiras e das tabelas remuneratórias: as 1460 carreiras e categorias isoladas do regime geral deram lugar a apenas três; e uma tabela remuneratória única substituiu as 30 tabelas anteriores.

Tornou-se mais efectiva a mobilidade entre serviços e criou-se a situação de mobilidade especial, novos instrumentos para a reestruturação dos organismos e a

reafecção de pessoal.

Reforçámos a extensão e a equidade da protecção social.

Procedemos à convergência do regime de aposentação com o regime de pensões da segurança social.

Reforçámos a protecção na parentalidade.

Tornámos mais sustentável e equitativa a protecção social, extinguindo os subsistemas especiais de protecção na saúde, fora das Forças Armadas e de Segurança.

Assegurámos a protecção no desemprego para todos os sujeitos a tal risco.

Alargámos a cobertura da ADSE aos trabalhadores providos por contrato individual de trabalho.

Revimos o estatuto disciplinar, garantindo melhor os direitos dos trabalhadores.

21. Promovemos a descentralização e a coesão territorial.

Mais competências e mais meios para as autarquias locais.

Entre 2005 e 2009 ocorreu um processo de descentralização de competências para as autarquias locais sem paralelo. Na educação, todos os municípios passaram a assumir as competências de acção social escolar no ensino básico, bem como as responsabilidades que ainda não detinham em matéria de transportes escolares.

Através de contratos com o Ministério da Educação, os municípios interessados acrescentaram às anteriores as competências de organização das actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo e de gestão do pessoal não docente e construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino nos 2.º e 3.º ciclos. Até Maio de 2009, tinha aderido uma centena de autarquias.

O novo regime de gestão escolar reforça a presença dos municípios na direcção estratégica das escolas básicas e secundárias.

Foram aumentadas também as competências municipais na gestão das unidades públicas de saúde e na gestão da floresta.

Simplificámos o processo de aprovação e alteração dos planos directores municipais (PDM), conferindo às autarquias locais maior responsabilidade no processo de decisão.

Com a nova Lei das Finanças Locais, procedeu-se a uma efectiva reforma do sistema financeiro autárquico, incidindo especialmente sobre o modelo de repartição de recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais, sobre os critérios de repartição da transferência anual do orçamento de Estado, sobre o quadro de receitas próprias e, bem assim, sobre o regime de recurso ao crédito por parte das autarquias. Em resultado da aplicação da nova lei, subiram significativamente as transferências do orçamento de Estado para os municípios. E a constituição do Fundo Social Municipal fez subir o financiamento público para as competências dos municípios na área da educação.

Envolvemos as freguesias com parcerias em áreas fundamentais, como o combate a incêndios, o preenchimento electrónico das declarações de impostos e o acompanhamento aos cidadãos em situação de desemprego.

O Programa Simplex Autárquico aplica na administração local o processo de simplificação administrativa seguido para a administração central.

Promoção do associativismo intermunicipal.

As novas leis das associações de municípios e das áreas metropolitanas vieram consolidar as comunidades intermunicipais e as duas áreas de Lisboa e do Porto. Elas estão vocacionadas para a promoção do desenvolvimento regional, para a articulação dos investimentos públicos de carácter supra-municipal, para o exercício em comum de competências descentralizadas e para a gestão contratualizada de parcelas dos programas operacionais regionais do QREN.

Em Setembro de 2009, já tinham sido constituídas todas as comunidades intermunicipais.

Apoios específicos à interioridade.

As empresas que se estabelecem em concelhos do interior beneficiam de uma redução adicional no IRC. A medida abrange 164 concelhos dos distritos de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro.

As auto-estradas que servem as regiões cujo rendimento é inferior à média nacional não têm portagens.

22. Desenvolvemos as autonomias regionais.

Definimos um novo quadro de financiamento.

A Lei das Finanças Regionais veio regular o quadro das transferências do Estado para as Regiões Autónomas, segundo os princípios do rigor financeiro, da responsabilidade na gestão dos recursos públicos e da equidade entre as regiões.

Aprovámos legislação de desenvolvimento das autonomias.

Aprovámos as novas leis eleitorais para as eleições regionais dos Açores e da Madeira. O novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores concretiza os progressos das autonomias consagrados na revisão constitucional de 2004 e estabelece, entre outros aspectos, a limitação de mandatos do presidente do Governo Regional, o direito de petição, o direito de iniciativa legislativa e referendária popular e um exigente regime de incompatibilidades no exercício de cargos políticos.

Apoiámos as administrações regionais.

As duas Regiões Autónomas foram incluídas no programa de regularização das dívidas a empresas, tendo a Madeira beneficiado de um avultado empréstimo do Estado para esse fim.

As populações das Regiões Autónomas passaram finalmente a ter acesso a todos os canais de televisão em sinal aberto.

23. Simplificámos e modernizámos a administração pública.

Com a concretização do Programa Simplex, desburocratizámos a administração e facilitámos a vida aos cidadãos.

O Cartão de Cidadão integra, num só documento, dados anteriormente dispersos por quatro (Bilhete de Identidade, Cartão de Contribuinte, Cartão de Segurança Social, Cartão de Utente do Serviço Nacional de Saúde). Também disponibiliza a assinatura electrónica, permitindo o acesso a serviços públicos electrónicos. Até Setembro de 2009, foram emitidos cerca de 2 milhões de cartões de cidadão, metade dos quais com certificado de assinatura electrónica qualificada activa.

O Documento Único Automóvel integra dados antes dispersos pelo registo de propriedade e pelo livrete do veículo.

Até Setembro de 2009, 71% das declarações de IRS tinham sido entregues por via electrónica.

Cerca de meio milhão de licenças de caça e pesca são, hoje, emitidas por Multibanco em qualquer ponto do país.

A edição electrónica do Diário da República é de acesso universal e gratuito. Entre 2006 e 2008, o número de acessos ao Diário da República Electrónico mais do que quadruplicou (de 7 para 31 milhões de acessos por ano).

O Netemprego e a Segurança Social Directa proporcionam o acesso electrónico dos cidadãos a serviços públicos essenciais.

O Programa Simplex dirige-se também às empresas.

Criámos um processo simplificado de criação de empresas, a Empresa na Hora. Até Julho de 2009, foram criadas cerca de 76.300 empresas por este processo. A Empresa na Hora e a Empresa *on line* representam já 84% do total de empresas criadas.

Acabou a obrigatoriedade das certidões negativas do fisco e segurança social e das escrituras: já foram emitidas mais de um milhão de certidões permanentes.

Com a Informação Empresarial Simplificada, a entrega de informação passou a ser

electrónica e totalmente desmaterializada, permitindo cumprir quatro obrigações de uma só vez, com um único contacto com o Estado. Em 2007 e 2008, foram entregues quase 800 mil IES.

Reformámos diversos regimes de licenciamento, reduzindo os custos administrativos de contexto da actividade económica.

A mesma lógica presidiu à aprovação dos regimes jurídicos de edificação e urbanização, dos instrumentos de gestão territorial, dos projectos PIN e PIN+, da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, do exercício da actividade industrial e do licenciamento comercial.

Reduzimos o conjunto das actividades dependentes de licenciamento; conferimos maior responsabilidade às autarquias locais em decisões de licenciamento; garantimos prazos de decisão mais curtos; e consagramos a articulação e concertação entre os vários serviços implicados e os vários processos de consulta, numa lógica de “mesas” de apreciação.

Desenvolvendo o programa das lojas do cidadão, criámos novos serviços integrados e lojas de segunda geração.

Entre os novos serviços integrados contam-se: o balcão Perdi a Carteira, onde é possível requerer todos os documentos pessoais num único momento; o balcão Casa Pronta, que facilita o processo de compra e venda de casa através de um único ponto de atendimento; o balcão Sénior, que disponibiliza serviços e informações relacionados com a reforma, tempos livres, saúde e outros que são importantes para os cidadãos mais velhos

A segunda geração de Lojas do Cidadão introduz quatro inovações na prestação de serviços públicos: a disponibilização e articulação de vários canais de atendimento (presencial, telefone e internet); o balcão multisserviços, onde poderão ser resolvidos vários assuntos em simultâneo, independentemente do serviço público competente; a disponibilização de serviços de natureza local, como o apoio aos imigrantes e os licenciamentos municipais; e a Loja da Empresa, onde se disponibiliza informação e serviços relativos ao primeiro contacto das empresas com a administração pública.

Em Setembro de 2009, encontravam-se em funcionamento 18 lojas do cidadão, das quais 10 organizadas como lojas de segunda geração (Borba, Esmoriz, Faro, Murça, Odivelas, Resende, Tavira, Vimioso, Freixo de Espada à Cinta e Águeda).

V

Economia e desenvolvimento:

**Retomar o crescimento, combater a crise, modernizar
Portugal**

24. Melhorámos as infra-estruturas de transportes e comunicações.

Relançámos grandes projectos de investimento.

Concluímos o processo de decisão sobre o novo aeroporto internacional de Lisboa, localizando-o no campo de tiro de Alcochete e aprovando o respectivo modelo de negócio.

Concluímos o processo de decisão sobre a rede ferroviária de alta velocidade, estabelecendo como prioritárias as linhas Lisboa-Madrid, Lisboa-Porto e Porto-Vigo. Aprovámos o respectivo modelo de negócio e lançámos os concursos relativos à ligação Lisboa-Madrid.

Decidimos construir a terceira travessia do Tejo, com valência rodo-ferroviária, no corredor Chelas-Barreiro.

Avançamos na construção e manutenção de estradas, concretizando o Plano Rodoviário Nacional.

Redefinimos o modelo de gestão e financiamento da Rede Rodoviária Nacional.

Concluímos obras de construção e qualificação de estradas, entre as quais se destacam as Concessões Beira Litoral e Alta, Interior Norte, Grande Porto, Norte Litoral e Litoral Centro, bem como o Eixo Norte-Sul e o alargamento do IC 19.

Estão em fase de conclusão obras essenciais para o descongestionamento do trânsito, designadamente o fecho da CRIL e a Concessão da Grande Lisboa. Encontra-se ainda em fase de execução, com conclusão prevista em 2011, a Concessão Douro Litoral.

Lançámos mais nove subconcessões rodoviárias, para a construção, requalificação, operação e manutenção de estradas, das quais estão contratadas, em Maio de 2009, sete: Túnel do Marão, Auto-Estrada Transmontana, Douro Interior, Baixo Tejo, Baixo Alentejo, Litoral Oeste e Algarve Litoral.

Em resultado deste trabalho, a taxa de execução do Plano Rodoviário Nacional atingiu, em Maio de 2009, os 62%, o que representa um crescimento de 12% face à execução

acumulada em 2005. Com o programa de concessões lançado pelo Governo, bem como com os outros empreendimentos já em curso, a taxa de execução do PRN subirá para 75%.

Consequentemente, melhoraram substancialmente as acessibilidades rodoviárias. Três novas capitais de distrito, Beja, Bragança e Vila Real, passarão a estar ligadas por auto-estrada. 44 sedes de concelhos passarão a estar ligadas a um itinerário principal e/ou complementar. A conclusão das concessões Beira Litoral e Alta e Interior Norte permitiu a ligação por auto-estrada às fronteiras de Vilar Formoso e Chaves, e o mesmo sucederá, através das concessões Túnel do Marão e Auto-Estrada Transmontana, com a ligação à fronteira de Quintanilha. A conclusão da Concessão Grande Porto permitiu a ligação por auto-estrada ao Aeroporto Sá Carneiro e a Concessão Baixo Alentejo vai permitir a ligação por auto-estrada ao futuro Aeroporto de Beja.

Modernizámos a rede ferroviária.

Decidimos prosseguir com a modernização da Linha do Norte, promovendo simultaneamente a sua articulação com a construção da nova linha de alta velocidade entre o Porto e Lisboa. Concluímos o rebaixamento da via férrea no atravessamento da cidade de Espinho.

Concluímos a modernização da Linha da Beira Baixa, até Castelo Branco, e iniciámos a sua modernização até à Covilhã.

Concluímos a renovação integral de via do troço Casa Branca-Évora e iniciámos a construção da variante de Alcácer, na Linha do Sul. Estes investimentos integram-se no projecto de ligação ferroviária do porto de Sines a Elvas, que permitirá a articulação ferroviária dos portos de Lisboa, Setúbal e Sines com as plataformas de Castanheira do Ribatejo, Poceirão, Sines e Elvas/Caia, e destas com Espanha.

Concluímos a construção da ligação ferroviária à Siderurgia Nacional e iniciámos a construção da ligação entre o porto de Aveiro e a linha do Norte, que estará concluída até final de 2009.

No âmbito do Plano de Supressão e Reclassificação de passagens de nível, foram suprimidas e reclassificadas, respectivamente, 265 e 267 passagens de nível, entre 2005 e o final de 2008.

Desenvolvemos os transportes públicos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Foram concluídos e entraram em exploração mais 44 quilómetros da rede do Metro do Porto e foi adjudicada a construção da nova linha para Gondomar. Definimos o plano de expansão faseada do Metro do Porto, o qual implica a construção de mais 55 quilómetros, abrangendo os concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Trofa e Gondomar.

Foi concluída a extensão do Metro de Lisboa até Santa Apolónia. Lançámos as extensões da Linha Azul até à Reboleira e da Linha Vermelha até ao Aeroporto. Foi concluída, no verão de 2009, a extensão da Linha Vermelha, entre a Alameda e S. Sebastião.

Entrou em funcionamento o Metro Sul do Tejo, com três linhas ligando as interfaces de transporte ferroviário de Corroios e do Pragal e a interface fluvial de Cacilhas, num total de 14 quilómetros.

Procedemos à reabilitação do túnel e da estação do Rossio, restabelecendo o serviço ferroviário da linha de Sintra ao centro da cidade de Lisboa, e continuámos o processo de modernização da linha de Sintra.

Concluímos a electrificação e a renovação das estações da linha do Sado entre Pinhal Novo e o Barreiro, melhorando o serviço ferroviário urbano entre Setúbal e o Barreiro.

Decidimos modernizar a linha de Cascais e desnivelar a sua ligação à linha de Cintura.

Iniciámos a construção da variante ferroviária da Trofa, que permitirá concluir o processo de modernização da Linha do Minho, melhorando o serviço ferroviário urbano do Porto a Braga e Guimarães.

Promovemos a competitividade dos portos portugueses e desenvolvemos o sistema logístico.

Dotámos os portos nacionais de melhores infra-estruturas e acessibilidades marítimas e terrestres.

Concluímos o sistema VTS que permite fazer o controlo da navegação marítima ao longo de toda a costa portuguesa. Concluímos as obras dos molhes do Douro.

No porto de Leixões, construámos uma nova ponte móvel e lançámos o processo do

Terminal de Cruzeiros. Melhorámos as acessibilidades marítimas, criando condições para a sua utilização por mais de 75% da frota mundial.

No porto de Aveiro, concretizámos um vasto programa de investimentos públicos e privados, de onde se destacam os terminais de granéis líquidos e de granéis sólidos.

No porto de Lisboa, está em curso a concretização do reforço da capacidade do terminal de contentores de Alcântara e a reposição das condições para funcionamento como terminal *deep-sea*. Está em construção o novo Terminal de Cruzeiros, em Santa Apolónia, para fazer face ao acentuado crescimento que se tem verificado neste segmento, valorizando Lisboa nas rotas internacionais do turismo de cruzeiros.

No porto de Sines, está em curso o processo de ampliação do Terminal XXI e do prolongamento do molhe Norte, permitindo mais do que duplicar a sua capacidade e acolher qualquer navio da frota mundial, viabilizando o seu perfil estratégico de grande porto de águas profundas.

Criámos ainda a rede nacional de plataformas logísticas, constituída por 12 plataformas e dois centros de carga aérea, que cobrem os principais centros de consumo e produção (Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto) e as principais fronteiras (terrestres e marítimas), articulando os vários modos de transporte de mercadorias (aéreo, marítimo, ferroviário e rodoviário). Estão já concluídas as plataformas de Chaves, Bobadela, Guarda, Sines (pólo A), Aveiro (pólo de Cacia).

Promovemos a modernização das infra-estruturas aeroportuárias.

Foram concluídas as obras de expansão do Aeroporto Sá Carneiro que levaram à duplicação da capacidade para seis milhões de passageiros/ano.

Foram concluídos o Terminal 2 e a Ampliação do Terminal de Bagagens (Partidas) no Aeroporto de Lisboa.

Lançámos a construção do Aeroporto de Beja. Lançámos o plano de desenvolvimento e expansão do Aeroporto de Faro.

Promovemos a modernização das infra-estruturas tecnológicas de informação e comunicação.

Lançámos as redes de banda larga de nova geração, representando um investimento

privado na ordem dos mil milhões de euros, com apoio público.

Universalizámos a todo o território continental o acesso à Internet em banda larga.

Promovemos condições para passar de 930.000 clientes de banda larga para quatro milhões (acesso fixo e móvel), designadamente através dos programas e.escola e e.escolinha, este último associado ao computador Magalhães.

Foi concluído o concurso e foram atribuídas as licenças para a Televisão Digital Terrestre, garantindo a próxima passagem das emissões de sinal aberto ao digital e promovendo maior concorrência no mercado da televisão por subscrição. As emissões de TDT em sinal aberto iniciaram-se em Abril de 2009, abrangendo, na fase-piloto, 40% da população, no Continente e nas Regiões Autónomas.

Aumentámos muito significativamente a concorrência em todos os segmentos do mercado das telecomunicações (móvel, fixo, dados e televisão).

25. Modernizámos a economia.

Entre 2005 e a eclosão da crise mundial, a economia portuguesa retomou a trajectória de crescimento, assente no aumento das exportações.

Evolução do Produto Interno Bruto e das exportações, 2005-2008

	2005	2006	2007	2008
Crescimento do PIB, em %	0,9	1,4	1,9	0
Crescimento das exportações, em %		8,7	7,5	-0,4

A política económica passou a ter objectivos e prioridades claras.

Em primeiro lugar, a redução dos custos administrativos de contexto e a reforma dos regimes de licenciamento. Com o Programa Simplex, reduzimos a carga burocrática que impedia sobre a vida das empresas. Com os novos regimes de licenciamento e a consagração dos projectos PIN e PIN +, garantimos maior celeridade na apreciação dos projectos.

Em segundo lugar, a promoção da subida da economia portuguesa na escala de valor e a indução da sua modernização tecnológica. Em 2007 e 2008, pela primeira vez desde o início da série, a balança tecnológica da economia portuguesa foi positiva, mantendo-se positiva no 1.º semestre de 2009.

Em terceiro lugar, a atracção de investimento com forte componente tecnológica e orientação modernizadora.

Em quarto lugar, o alargamento e a qualificação da oferta e a diversificação para mercados extra-comunitários. Para além dos mercados tradicionais, como a Espanha ou a Alemanha, promovemos a entrada noutros mercados prioritários, como as economias

emergentes, a Venezuela ou o México. Em resultado, o peso das exportações para países fora da União Europeia cresceu de 20% em 2005 para 26% em 2008.

Em quinto lugar, a definição de focos. A energia, as tecnologias de informação, a petroquímica, a floresta e o papel, o turismo, encontram-se entre as áreas revalorizadas.

Em sexto lugar, a promoção de um ambiente fiscal favorável ao investimento. Logo que foi possível, no segundo semestre de 2008, a taxa normal do IVA, que havia sido aumentada de 19 para 21% em Junho de 2005, para fazer face à crise orçamental, foi reduzida em um ponto percentual, para 20%. Criámos, em 2009, um novo escalão de IRC, de 12,5%, que beneficia sobretudo as pequenas e médias empresas. Também reduzimos o pagamento por conta e o pagamento especial por conta, e acelerámos os reembolsos de IVA.

Em sétimo lugar, orientámos o QREN e os fundos comunitários para a agricultura e pescas no sentido de apoiar o esforço de modernização das explorações agrícolas e das empresas industriais e de serviços, com particular atenção às pequenas e médias empresas.

Procedemos à reorientação estrutural da política agrícola.

Alterámos o paradigma da política agrícola e estabelecemos prioridades: mais competitividade, mais e melhor produção, ambientalmente sustentada; apoio à pequena agricultura e ao ambiente; coesão territorial, com mais justiça entre os agricultores e as regiões.

O Proder, Plano de Desenvolvimento Rural, disponibiliza 4,1 mil milhões de euros a aplicar, na agricultura portuguesa, até 2015 – o que representa mais 600 milhões de apoio relativamente ao anterior quadro comunitário, apesar de a União Europeia ter entretanto passado de 15 para 27 Estados-membros, sem ter aumentado o orçamento da Política Agrícola Comum. Em Junho de 2009, a taxa de execução do Proder estava em linha com a média comunitária, e acima da de países como a Espanha e a Itália.

Desde 2008, e pela primeira vez, os pagamentos aos agricultores passaram a fazer-se no mesmo ano das candidaturas. Nesse ano, os pagamentos chegaram aos 1,5 mil milhões de euros, disponibilizados para apoiar o rendimento dos agricultores, melhorar e modernizar a agricultura. Destes 1,5 mil milhões, 340 milhões foram de apoio público ao investimento.

No primeiro semestre de 2009, o conjunto de apoios ao investimento agrícola, no quadro dos programas Agro, Agris e Proder, foi de 385 milhões de euros.

Tornámos obrigatória a divulgação de todas as ajudas e a identificação dos respectivos beneficiários.

Intensificámos o investimento no Alqueva, antecipando a conclusão das obras do regadio de 2025 para 2012; no final de 2009, o número de hectares regados chegará aos 50 mil. Concluímos o regadio da Vilariça, em Trás-os-Montes, e está prestes a ser concluído o regadio da Cova da Beira.

Valorizámos os recursos próprios de Portugal e promovemos a cooperação entre os actores económicos.

Com o programa nacional de barragens e o apoio às unidades de produção de energia eólica, solar e das ondas, valorizámos os recursos energéticos em que o país é rico.

Apostámos na atracção de investimento turístico de qualidade e na intensificação e modernização das agências e actividades de promoção turística. Entre 2004 e 2008, as receitas do turismo subiram 21%, posicionando-se Portugal no 17.º lugar no *ranking* mundial do sector de viagens e turismo.

Com a criação das Zonas de Intervenção Florestal, promovemos a gestão agregada de propriedades florestais e a gestão integrada das componentes agro-silvo-pastoris das áreas intervencionadas: até Setembro de 2009, estavam constituídas 92 ZIF's, cobrindo uma área de cerca de 472 mil hectares.

Definimos a Estratégia Nacional para o Sector da Pesca. O Promar, programa operacional das pescas, conta com uma disponibilidade financeira total de 437 milhões para apoio ao investimento, o que faz de Portugal o quarto país da União Europeia com mais fundos atribuídos ao sector.

Criámos os Programas de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Provere), para promover a valorização económica dos recursos naturais, patrimoniais e culturais dos territórios de baixa densidade, articulando iniciativas empresariais com iniciativas dos agentes públicos do desenvolvimento, de forma a favorecer o aumento da competitividade e a criação de emprego local.

Modernizámos a legislação laboral.

O novo Código do Trabalho incentiva a contratação sem termo e penaliza a contratação a termo. Institui também uma nova presunção de laboralidade, para tornar mais eficaz o combate aos falsos recibos verdes.

O Código favorece a negociação colectiva, seja a nível de cada sector seja a nível de cada empresa, forçando a caducidade de convenções obsoletas mas impedindo a ocorrência de vazio contratual.

Promove ainda as formas de conciliação entre vida profissional e vida familiar, aumentando os direitos das famílias com filhos.

Finalmente, o Código cria novos instrumentos de adaptabilidade interna das empresas, como os bancos de horas e a concentração de horários, dando-lhes, pois, melhores condições para, mediante acordo dos trabalhadores, adequarem a sua actividade às oscilações conjunturais dos mercados em que operam.

26. Promovemos a eficiência energética e as energias renováveis.

Apostámos no desenvolvimento das energias renováveis.

A promoção da eficiência energética e o desenvolvimento das energias renováveis contribuem para o combate às alterações climáticas, diminuem a nossa dependência energética face ao exterior e, assim, são poderosos instrumentos de redução do endividamento externo. Também aproveitam e potenciam os recursos próprios do nosso país.

Definimos metas exigentes, mais exigentes do que as da União Europeia, quer para a redução do consumo energético, quer para a incorporação de renováveis. Assim propomo-nos atingir, em 2020, 60% de quota de renováveis na produção de electricidade e, em 2015, aumentar em 10% a eficiência energética.

Ao mesmo tempo, concebemos os concursos para atribuição de licenças de forma a incentivar o desenvolvimento de um “cluster” industrial de vocação exportadora, que já é, hoje, uma realidade.

Aumentámos a produção de energias renováveis.

Em 2008, 43% da electricidade produzida em Portugal foram obtidos a partir de fontes renováveis. Portugal é o terceiro país europeu em contribuição das energias renováveis para a produção de electricidade.

O Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico definiu a localização de 10 novas barragens, de forma a poder alcançar os 7.000 MW de potência instalada. Trata-se do maior programa hídrico em curso na Europa.

Portugal tem o maior parque eólico da Europa continental. Em cinco anos multiplicou-se por seis a potência eólica em operação, o que nos coloca entre os cinco países europeus com maior potência eólica instalada. No final de 2008, esta potência situava-se em mais de 3.300 MW ao longo de todo o território continental.

Foram concedidas 10 licenças para estabelecimentos de utilização de energia solar.

Portugal tem em operação duas das maiores centrais solares fotovoltaicas do mundo. Desde Setembro de 2008, temos em funcionamento o primeiro parque mundial de produção, em regime comercial, de energia a partir das ondas. Licenciámos 28 centrais de biomassa, com um investimento estimado em cerca de 510 milhões de euros e a criação de mais de mil postos de trabalho directos, nomeadamente no interior do país.

Promovemos a eficiência energética e a utilização de energias renováveis.

Lançámos um programa de apoio excepcional, durante o ano de 2009, à instalação de painéis solares térmicos em habitações particulares. Em Junho de 2009, o programa envolvia a colaboração de seis bancos e havia 7.000 painéis já encomendados. Lançámos o programa de certificação energética dos edifícios públicos, com a realização de auditorias energéticas e, em função dos resultados, com o arranque das obras necessárias à redução do consumo de energia nos edifícios mais consumidores. Foram distribuídas gratuitamente, a famílias mais carenciadas, cerca de 2,5 milhões de lâmpadas eficientes. Esta lâmpada permite poupar cerca de 80% do consumo eléctrico de uma lâmpada normal.

Promovemos a segurança energética e a modernização do sector.

Promovemos a diversificação das fontes de energia com aposta nos recursos endógenos do país, nomeadamente o vento, a água e o sol. E incentivámos a diversificação das fontes externas de abastecimento de gás e petróleo, com parcerias estratégicas e investimentos nacionais no aprovisionamento em Angola, Argélia, Brasil, Nigéria, entre outros. Apoiámos a modernização das centrais de produção de electricidade, procurando maior eficiência e maiores benefícios ambientais, com a redução de emissões de dióxido de carbono. Promovemos a concorrência nos mercados de energia, com mais opções de escolha e maior protecção do consumidor, com condições de igualdade de acesso às redes de gás e de electricidade, através da sua integração num operador independente.

Concretizámos a possibilidade de escolha do fornecedor para todos os consumidores de electricidade, incluindo os consumidores domésticos.

27. Combatemos os efeitos da crise económica mundial.

Desenhámos uma estratégia de combate aos efeitos da crise.

Esta estratégia assenta em cinco pilares fundamentais:

Estabilização do sistema financeiro;

Aumento do investimento público e dinamização do investimento privado;

Apoio às empresas;

Apoio ao emprego;

Protecção das famílias.

Estabilizámos o sistema financeiro.

O Governo declarou a garantia pública de todos os depósitos e foi o primeiro a anunciar um sistema de garantias públicas para o crédito interbancário, no valor de 20 mil milhões de euros, medida que seria depois adoptada, de modo coordenado, no plano europeu, contribuindo decisivamente para a tendência de descida da taxa euribor.

Paralelamente, o Governo disponibilizou 4 mil milhões de Euros para poder assegurar, se necessário, a aquisição pelo Estado de acções preferenciais no âmbito de operações de recapitalização do sistema bancário português. E foi neste quadro estratégico que o Governo não hesitou em tomar uma medida drástica, prevenindo graves riscos sistémicos: nacionalizou, pela primeira vez em trinta anos, um banco privado, o BPN, para além de ter apoiado a operação financeira que se destinou a garantir os depósitos, e só os depósitos, do BPP.

Aumentámos e antecipámos o investimento público.

Reforçámos o investimento público, em particular na modernização das escolas, e através de dois programas principais: a requalificação de uma centena de escolas secundárias (800 milhões de investimento público); e a recuperação das 50 escolas básicas de 2.º e 3.º ciclo mais degradadas, em parceria com as autarquias locais (175

milhões de investimento público).

Através da mobilização antecipada de fundos do QREN, apoiamos as obras de construção de 440 centros escolares, para educação de infância e ensino do 1.º ciclo.

Apoiamos excepcionalmente, em 2009, com investimentos públicos significativos, o investimento nas redes de banda larga de nova geração, a instalação doméstica de painéis solares e o investimento privado na agricultura e na agro-indústria.

Apoiámos as empresas.

Programas de regularização de dívidas do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, a maior operação de sempre de pagamento dessas dívidas. Em Setembro de 2009, estavam pagos 1.725 milhões de euros; e já estavam aprovadas novas candidaturas das autarquias para acesso a fundos para pagar as suas dívidas, no valor de 485 milhões.

Programa PME Investe, de apoio às pequenas e médias empresas, com lançamento de sucessivas linhas de crédito (com juros bonificados, período de carência e garantia parcial pública). Até ao final de Setembro de 2009, tinham sido disponibilizados mais de 4,2 mil milhões de euros, envolvendo cerca de 45 mil empresas.

Programa PME Segura, reforçando os mecanismos de seguro de crédito à exportação.

Programa PME Consolida, no valor de 400 milhões de euros, com o objectivo de promover a capitalização e facilitar a reestruturação das pequenas e médias empresas.

Programas de apoio a sectores económicos com um papel estratégico na economia, envolvendo o Governo, as associações empresariais e as empresas, e no sentido de ajudá-los a ultrapassar a crise conjuntural e a preparar com antecipação o próximo ciclo das respectivas indústrias. Até ao final do mês de Maio de 2009, tinham sido lançadas quatro iniciativas: o plano de apoio ao sector automóvel, com cerca de 165 empresas beneficiárias de um conjunto de apoios na ordem dos 120 milhões de euros; o plano de apoio ao sector da moda (têxteis, calçado e vestuário), com cerca de 1.544 empresas beneficiárias de um conjunto de apoios na ordem dos 435 milhões de euros; o plano de apoio ao sector da cortiça, com cerca de 160 empresas beneficiárias de um conjunto de apoios na ordem dos 38 milhões de euros; o plano de apoio ao sector da madeira e do mobiliário, com cerca de 860 empresas beneficiárias de um conjunto de apoios na ordem dos 215 milhões de euros.

Baixa do IRC, com criação de um novo escalão de 12,5% para matéria colectável até 12.500 euros, beneficiando especialmente 80% das empresas.

Crédito fiscal ao investimento em 2009, podendo atingir 20% do montante investido, dedutível em 4 exercícios.

Diminuição do pagamento por conta de 80% para 75%, no caso de empresas com volume de negócios até 500 mil euros.

Redução do valor mínimo do pagamento especial por conta de 1250 euros para 1000 euros.

Quanto ao IVA, para além da redução da taxa normal do IVA para 20%, a partir do segundo semestre de 2008, consagração da autoliquidação do IVA na prestação de bens e serviços às administrações públicas de montante superior a 5000 euros. E aceleração do reembolso do IVA, baixando o seu limiar de 7500 para 5000 euros.

Antecipação dos pagamentos do QREN.

Apoiámos o emprego.

Alargamento dos estágios profissionais para jovens, os quais atingirão, em 2009, 37.000.

Temporariamente, em 2009, os empregadores que contratem sem termo jovens até 30 anos à procura de primeiro emprego ou desempregados há mais de 6 meses, beneficiam de um pagamento de apoio à contratação de 2.000 euros, mais 2 anos de isenção de pagamento de contribuições para a segurança social. Em Setembro de 2009, 21 mil jovens abrangidos.

Temporariamente, em 2009, os empregadores que contratem sem termo desempregados de longa duração com mais de 30 anos beneficiam de um pagamento de apoio à contratação de 2.000 euros, mais 2 anos de isenção de pagamento de contribuições para a segurança social. Os empregadores que contratem a termo desempregados de longa duração com mais de 55 anos beneficiam da redução em 50% da contribuição para a segurança social. Em Setembro de 2009, considerando as duas medidas, foram abrangidos 3.500 desempregados.

Em 2009, redução em 3 p.p. das contribuições para a segurança social a cargo do empregador, em empresas até 50 trabalhadores, para trabalhadores com mais de 45 anos, sob condição de manutenção do nível de emprego. Em Junho de 2009, 183 mil

trabalhadores abrangidos em cerca de 69 mil micro e pequenas empresas.

Em 2009, apoio a empresas e trabalhadores em situação de redução temporária de actividade, sob condição de manutenção do nível de emprego e não realização de despedimentos colectivos. Em Setembro de 2009, 8.800 trabalhadores abrangidos neste programa.

Criação do novo Programa de Estágios Qualificação-Emprego, destinado a desempregados, de qualquer idade, que melhoraram as suas qualificações (por exemplo, nas Novas Oportunidades, nos cursos de especialização tecnológica ou por via de novas licenciaturas). Em Setembro de 2009, 1.300 adultos abrangidos. Apoio à criação do próprio emprego por desempregados, através de linha de crédito específica e bonificada.

Apoio à integração de desempregados em instituições não lucrativas (compensação acrescida ao subsídio de desemprego, até ao máximo de um ano). Em Setembro de 2009, 38 mil desempregados abrangidos por estes contratos emprego-inserção.

Criação de 400 gabinetes de inserção profissional.

Apoiámos as famílias e reforçámos a protecção social.

Congelamento do preço dos passes e assinaturas nos transportes públicos, no segundo semestre de 2008. Em Janeiro de 2009, e pela primeira vez em décadas, o preço dos transportes manteve-se sem qualquer actualização.

Prolongamento, em 2009, do subsídio social de desemprego, por mais 6 meses, podendo ir, portanto, até aos 18 meses (com majoração por cada filho no agregado familiar). Por um período de 12 meses, o limiar da condição de recursos para a atribuição do subsídio sobe para os 450 euros de rendimento “per capita”.

Moratória por dois anos de 50% da prestação do empréstimo para habitação própria, para famílias com desempregados, financiando o Estado os custos decorrentes a uma taxa inferior em 0,5% à euribor. Aumento da bonificação para desempregados beneficiários do regime de crédito bonificado.

Apoios a 100% para alunos beneficiários da acção social escolar no ensino básico e secundários, desde que um dos pais esteja desempregado.

28. Promovemos as políticas de ambiente e ordenamento do território.

Reformámos e reforçámos a política de ambiente.

Introduzimos uma reforma profunda na gestão da água e dos recursos hídricos, com medidas inovadoras como, por exemplo, a modernização da figura da concessão do domínio hídrico (que permite o investimento privado para a realização das barragens do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico).

Redinamizámos a gestão de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente com o lançamento de 16 novas unidades de valorização orgânica.

Promovemos um aumento generalizado da reciclagem, de forma a conseguir um aumento geral de 35% de 2005 a 2007, e aumentos específicos de 25% para embalagens, 30% para pneus, 50% para óleos minerais e 150% para pilhas e acumuladores.

Concretizámos programas para a melhoria da qualidade do ar e reforçámos as garantias contra o ruído e o controlo integrado da poluição.

Trouxemos rigor e transparência à avaliação de impacto ambiental e criámos um regime de responsabilidade ambiental.

Criámos soluções específicas para gestão de resíduos.

Dotámos o país de um sistema integrado de gestão de resíduos industriais perigosos, através dos dois CIRVER em funcionamento, e da co-incineração dos resíduos que não têm melhor solução de tratamento.

Lançámos novas soluções para gestão de resíduos específicos, como os óleos minerais usados, os resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e os resíduos de construção e demolição.

Introduzimos mudanças profundas na gestão de veículos em fim de vida, através da reforma da fiscalidade automóvel e do incentivo ao abate, aumentando em 1.200% a reciclagem desses veículos (6.600 reciclados em 2005, 88.000 em 2008). Lançámos um

programa de erradicação de sucateiras ilegais (dos 780 casos identificados, foram solucionados 544, até Maio de 2009).

Lançámos um Mercado Organizado de Resíduos, para promover o uso de resíduos como matérias-primas para outras actividades.

Consolidámos o combate às alterações climáticas.

Robustecemos o Programa Nacional para as Alterações Climáticas com novas medidas, o reforço das energias renováveis e um sistema electrónico de acompanhamento público.

Criámos o Fundo Português de Carbono e concretizámos o funcionamento do Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

Reformámos o imposto automóvel em benefício dos veículos menos poluentes (60% de incidência sobre as emissões de CO₂).

Iniciámos uma política de Compras Públicas Ecológicas, em especial com critérios ambientais para a gestão do parque de veículos do Estado.

Apostámos em força na produção de energia de fontes renováveis (hídrica, eólica, solar, das ondas, biomassa, biogás).

Promovemos a conservação da natureza e da biodiversidade.

Criámos um novo figurino de gestão das áreas protegidas, e dotámos todas as áreas protegidas nacionais de planos de ordenamento.

Alargámos pela primeira vez a Rede Natura 2000 (mais 178.000 hectares), e dotámo-la do respectivo Plano Sectorial para orientar a sua gestão.

Criámos novas áreas protegidas, incluindo áreas marinhas protegidas.

Demos um impulso decisivo à conservação do lince ibérico, através de um plano de acção e de um centro de reprodução em cativeiro.

Promovemos um planeamento coerente, descentralizado e eficiente do território.

Dotámos, pela primeira vez, o país de um quadro de referência de âmbito nacional, o Programa Nacional das Políticas de Ordenamento do Território, aprovado pela Assembleia da República.

Cobrimos, pela primeira vez, o país de Planos Regionais de Ordenamento do Território, criando condições para uma maior descentralização do sistema de planeamento.

Simplificámos e tornámos mais eficiente a elaboração e a dinâmica dos planos municipais de ordenamento. Entre as medidas orientadas para este objectivo contam-se: o reforço das responsabilidades dos municípios; a restrição da ratificação governamental às situações de desconformidade com os PROT ou com planos sectoriais; a diferenciação dos procedimentos de alteração e de revisão; e a maior celeridade e eficiência dos mecanismos de concertação dos interesses públicos, entre si e com os interesses dos cidadãos.

Procedemos à revisão do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, reforçando o seu contributo para a protecção dos recursos naturais e o uso sustentável do território, através da melhoria dos critérios e procedimentos de delimitação, da clara identificação dos usos e acções compatíveis e da criação de mecanismos de discriminação positiva em favor das áreas da REN.

Criámos um sistema de informação predial única que integra a realidade física da estrutura predial, o registo predial e as inscrições matriciais, permitindo um conhecimento rigoroso e permanente da propriedade urbana e rústica, condição essencial para uma gestão eficaz do território.

Promovemos uma intervenção integrada de protecção e requalificação do litoral.

Desenvolvemos um programa de investimento de cerca de 550 milhões de euros para defesa e valorização do litoral até 2013, incluindo, designadamente, o novo programa Polis Litoral (Ria Formosa, Litoral Norte, Ria de Aveiro, Sudoeste Alentejano), que prevê a requalificação de mais de 400 km de frente de costa e de frente estuarina.

Garantimos, pela primeira vez, a cobertura total do litoral por planos de ordenamento da orla costeira, cuja execução integrada implica um aumento significativo do investimento público no litoral.

Promovemos a reabilitação urbana.

Criámos benefícios fiscais extraordinários para apoio à reabilitação de prédios arrendados passíveis de actualização faseada da renda, nos termos do novo regime de arrendamento urbano, e de prédios localizados em áreas de reabilitação urbana. Reduzimos a taxa do IVA para as empreitadas de reabilitação urbana.

Mobilizámos empréstimos do BEI para financiar programas de reabilitação de sociedades de reabilitação urbana e municípios. Alterámos o Prohabita, de modo a reforçar a opção da reabilitação no âmbito dos programas públicos de habitação.

Iniciámos um programa ambicioso de reabilitação dos fogos de propriedade do IHRU.

Aprovámos o novo regime jurídico da reabilitação urbana. Este regime reforçará o papel da iniciativa dos municípios e flexibiliza as modalidades de intervenção; promoverá uma maior celeridade nos procedimentos, prevendo uma “via verde” para o licenciamento das operações urbanísticas de reabilitação; estimulará as parcerias público-privado para a implementação das operações de reabilitação urbana; e diversificará os instrumentos de execução e os meios das entidades gestoras e dos particulares para promoverem a reabilitação.

Modernizámos a política de cidades.

Relançámos o Programa Polis, com a conclusão até final de 2009 de todos os programas, à excepção de dois dependentes de decisões judiciais (Viana do Castelo e Costa de Caparica).

Lançámos a Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos”, no âmbito da qual implementámos programas integrados, com forte coordenação interministerial, na Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto).

Criámos a Política de Cidades Polis XXI e assegurámos um financiamento superior a 1.000 milhões de euros no QREN, para apoio a municípios e demais actores locais com vista ao desenvolvimento, até 2013, de 60 programas de acção integrados de regeneração urbana, 31 programas estratégicos de redes urbanas para a competitividade e a inovação e 75 projectos demonstrativos de soluções inovadoras para o desenvolvimento urbano.

Lançámos a operação integrada “Arco Ribeirinho Sul”, com grande impacto na valorização da margem sul da Área Metropolitana de Lisboa.

29. Defendemos os consumidores.

Criámos a ASAE, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

A ASAE actua como um verdadeiro “provedor do consumidor”, tornando eficaz a fiscalização da aplicação da lei.

Promovemos a concorrência, em vários mercados, defendendo os interesses dos consumidores.

Liberalizámos a produção da electricidade e do gás natural, com acesso independente às redes.

Regulámos a fixação dos preços de energia aos consumidores, de forma a impedir aumentos incomportáveis para as famílias.

Liberalizámos a propriedade das farmácias e facilitámos aos consumidores a compra, fora das farmácias, de medicamentos não sujeitos a receita médica.

Contribuímos para a maior transparência da formação dos preços dos transportes aéreos, exigindo a identificação de todas as componentes desses preços.

Eliminámos limites à concorrência no acesso às redes de comunicações electrónicas, incluindo a indução da separação das redes de cobre e cabo.

Com o lançamento da plataforma de televisão digital terrestre, para além de garantir o acesso universal e gratuito à televisão de sinal aberto em tecnologia digital, também promovemos a concorrência no mercado de televisão por subscrição.

Protegemos os direitos do consumidor no acesso ao crédito.

Criação do Mediador do Crédito.

Proibição da cobrança de comissões pelos bancos em caso de renegociação de empréstimos.

Proibição do arredondamento em alta das taxas cobradas, em todos os tipos de crédito.

Imposição de limites à cobrança de encargos com a liquidação de crédito à habitação, facilitando processos de liquidação e transferência de créditos.

Fixação de limites máximos para os juros do crédito ao consumo.

Tomámos outras medidas de protecção dos consumidores.

Livro de reclamações obrigatório, em todos os estabelecimentos.

Proibição do arredondamento em alta dos preços dos serviços, impondo, nomeadamente, o pagamento de parques de estacionamento em fracções de 15 minutos.

Proibição de práticas de contra-programação pelos operadores de televisão.

VI

Liberdade, segurança, cidadania:

Aprofundar a democracia

30. Afirmámos os interesses e o prestígio de Portugal na Europa e no Mundo

A presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, foi um sucesso, reconhecido por todos.

Tratado de Lisboa.

Cimeira Europa-África.

Cimeira Europa-Brasil.

Alargamento do Espaço Schengen a nove novos Estados-membros (com tecnologia portuguesa).

Renovação da Estratégia de Lisboa.

Avanços nos “dossiers” da energia, telecomunicações, mobilidade, governo electrónico e ambiente.

O Tratado de Lisboa fará avançar a construção europeia.

Com o Tratado de Lisboa, avançaremos em várias direcções fundamentais:

1. Uma Europa mais democrática e transparente, com um papel reforçado para o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais;
2. Uma Europa mais eficiente, com regras de votação e métodos de trabalho simplificados, instituições modernas e um funcionamento mais racional.
3. Uma Europa de direitos e valores, liberdade, solidariedade e segurança, com a defesa dos valores da União e a introdução da Carta dos Direitos Fundamentais no direito primário europeu.
4. Uma Europa reforçada enquanto actor na cena mundial, com a conjugação dos instrumentos de política externa da União, tanto na elaboração como na adopção de novas políticas. O Tratado de Lisboa permitirá à Europa assumir uma posição clara nas relações com os seus parceiros.

Fechámos com êxito o processo de aprovação do QREN e estamos a concretizá-lo.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional envolve a transferência de 21,5 mil milhões de euros para Portugal, no período de 2007 a 2013.

Portugal é um dos Estados-membros com melhor desempenho na execução do QREN. Dos 433 programas operacionais em curso na UE, só 26 haviam pedido, até Março de 2009, um novo pagamento intercalar, por terem gasto o adiantamento inicial de Bruxelas. Dois destes programas são portugueses. Portugal é, aliás, o Estado-membro com melhor execução do Fundo Social Europeu e recebeu 60% dos pagamentos repostos até agora pela Comissão.

Em Março de 2009, tinham sido concluídos em Portugal 395 concursos, envolvendo fundos comunitários no valor de 4,7 mil milhões de euros, isto é, 22% do total do QREN (e alavacando um investimento global próximo de 9,8 mil milhões). Destes 4,7 mil milhões de fundos comprometidos, 3,9 mil milhões (18% do total do QREN) já haviam sido objecto de celebração de contrato entre as autoridades de gestão e as entidades promotoras.

As Forças Armadas portuguesas são produtores líquidos de segurança internacional.

As Forças Armadas têm participado em todas as missões internacionais da Aliança Atlântica e da União Europeia, contribuindo para a paz e a estabilidade por todo o mundo. Em Maio de 2009, estão envolvidas em 11 missões, na Europa, no Médio Oriente, na Ásia e em África.

A GNR assume também um importante papel de segurança, em Timor-Leste.

A diplomacia ganhou um novo impulso.

Reforçámos a diplomacia económica, fazendo valer oportunidades e vantagens no relacionamento com outros países e com o objectivo de diversificar os mercados de exportação. É o caso das relações com Angola, o Brasil ou a Venezuela.

Em 2009, Portugal ocupa a presidência da Comunidade de Países de Língua

Portuguesa e da Organização Ibero-Americana.

Criámos o Fundo da Língua Portuguesa.

O Fundo, dotado de 30 milhões de euros anuais, é garantia de apoio estratégico ao ensino português nas comunidades, ao sistema de ensino nos países lusófonos e à promoção da língua portuguesa junto dos organismos internacionais.

Fortalecemos a ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro.

Reorganizámos a rede consular e reforçámos o aproveitamento das novas tecnologias de comunicação, para melhorar a ligação e os serviços prestados às comunidades.

Modernizámos a cooperação para o desenvolvimento.

Adoptámos uma estratégia coerente e abrangente para a cooperação portuguesa e pusemo-la em prática através de 71 medidas operacionais.

Aumentámos a taxa de execução dos programas da cooperação portuguesa, de 60% para 98%; e colocámos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no centro de todas as abordagens da cooperação portuguesa, corrigindo a divergência que havia, a este respeito, com as grandes tendências internacionais da cooperação.

31. Reformámos a Justiça

Promovemos o acesso à Justiça.

O novo regime de acesso ao direito isenta de pagamento das custas processuais todos aqueles que revelem insuficiência económica, medida em múltiplos do Indexante de Apoios Sociais, e aumenta significativamente o apoio judiciário.

As custas judiciais são também reduzidas em caso de utilização da via electrónica.

Por outro lado, desenvolveram-se meios de resolução alternativa de litígios, promovendo-se uma justiça menos conflituosa e mais próxima do cidadão e das empresas.

Em 2005, existia apenas o Gabinete de Mediação Familiar de Lisboa. Durante esta legislatura, criaram-se os sistemas públicos de mediação familiar, laboral e penal. A mediação é uma forma de resolução de litígios informal e flexível, de carácter voluntário e confidencial, conduzida por um terceiro imparcial – o mediador –, que promove a aproximação entre as partes em litígio, apoiando-os na tentativa de encontrar um acordo que permita pôr termo ao conflito.

O Sistema Público de Mediação Familiar foi criado em Julho de 2007 e em Dezembro de 2008 abrangia já todo o território nacional.

O Sistema de Mediação Laboral foi criado em Dezembro de 2006, em resultado de um acordo promovido pelo Ministério da Justiça com todas as confederações patronais e centrais sindicais, e desde Julho de 2008 funciona em todo o território nacional.

Cerca de 60% das mediações públicas familiares e laborais terminam com acordo das partes e em menos de três meses.

Foi também apoiada a criação de três centros de arbitragem (para dívidas hospitalares, em matéria administrativa e em matérias de propriedade industrial, nomes de domínio e firmas e denominações).

Por fim, alargou-se a rede dos julgados de paz. Em 2005 existiam 12; em Maio de 2009, existem 21 e, até ao final do ano, entrarão em funcionamento mais três.

O número de processos entrados nos julgados de paz tem crescido significativamente desde o início do projecto experimental, em 2002, mas o tempo médio de resolução do conflito continua a ser, em média, de apenas dois a três meses.

Modernizámos a administração da Justiça.

O novo mapa judiciário consubstancia uma profunda reforma da organização e funcionamento dos tribunais judiciais. Para além de adoptar uma nova matriz territorial, baseada nas NUT III, cria um novo modelo de competências (alargando a todo o território a existência de juízos de competência especializada) e um novo modelo de gestão, dotando pela primeira vez os tribunais com órgãos de gestão efectivos e com a participação dos operadores judiciários e da comunidade envolvente. Esta nova organização encontra-se em aplicação experimental em três comarcas: Alentejo Litoral, Baixo Vouga e Lisboa Noroeste.

As alterações aos Estatutos dos Magistrados e dos Tribunais Administrativos e Fiscais determinam, entre outras inovações, que o acesso aos tribunais superiores passe a incluir um acto público de defesa do currículo, perante um júri que inclua também juristas não provenientes das magistraturas; e que um quinto dos lugares no Supremo Tribunal de Justiça tenha de ser obrigatoriamente ocupado por juristas de reconhecido mérito não provenientes das magistraturas. Foi reformado o acesso à magistratura, com a criação de uma via baseada também na experiência profissional.

Como resultado do plano de descongestionamento dos tribunais, em 2006, 2007 e 2008, e pela primeira vez em 3 anos consecutivos, o número de processos resolvidos excedeu o número de novos processos entrados.

Foi reforçado o equipamento informático dos operadores judiciários e foi integralmente substituído o equipamento informático e de videoconferência dos tribunais. Foi também generalizado o sistema de gravação digital.

Construímos um consenso político alargado para uma reforma penal de sentido humanista e melhorámos as condições de concretização da política criminal.

As alterações ao Código Penal e ao Código do Processo Penal foram aprovadas no quadro da celebração de um pacto para a Justiça, entre os grupos parlamentares dos dois maiores partidos, pacto escrupulosamente cumprido pelo Partido Socialista.

Estas alterações conjugam a preocupação da eficácia no combate à criminalidade, a

protecção das vítimas e os direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, seguindo uma orientação global de sentido humanista. Assim, protegem-se as vítimas e, dentro delas, as mais vulneráveis; respeitam-se também os direitos dos arguidos e regula-se melhor o instituto do segredo de justiça; valorizam-se medidas alternativas à prisão; inova-se na tipificação dos crimes, dando atenção a fenómenos como o tráfico de pessoas, a pornografia infantil, os incêndios florestais e o ambiente; prevê-se a responsabilização penal de pessoas colectivas, abrindo por aí uma importante via de combate à corrupção.

O novo código de execução de penas e medidas privativas de liberdade aprofunda a jurisdicionalização da execução; reforça as condições de integração dos reclusos nas políticas nacionais de saúde, formação ou acção social, de modo a favorecer a sua recuperação e reinserção social; reforça a protecção das vítimas, ponderando-se os seus interesses na decisão sobre, por exemplo, licenças de saída, ou afectando-se parte da remuneração auferida pelo recluso em virtude do trabalho que realize ao cumprimento de obrigações judiciais perante a vítima, tais como indemnizações e outras.

Adoptámos legislação inovadora para proteger melhor os menores do abuso e da exploração sexual.

Aplicando finalmente o preceito constitucional que comete ao Governo e ao Parlamento a definição da política criminal, as prioridades e orientações da política criminal são estabelecidas, bienalmente, em lei própria, sob proposta do Executivo.

Entre as prioridades da política criminal está o combate à corrupção. A Polícia Judiciária foi dotada com uma unidade especial para este combate. A responsabilização penal das pessoas colectivas, a aprovação de leis próprias sobre a corrupção desportiva, a corrupção no comércio internacional e no sector privado, as medidas de protecção de testemunhas e os mecanismos de controlo, comunicação e carregamento de dados, constituem importantes instrumentos para conduzir este combate.

Fizemos também aprovar, na frente de prevenção e controlo, o Conselho de Prevenção da Corrupção.

Foi criado um Sistema Integrado de Apoio à Investigação Criminal, com funcionalidade de queixa electrónica.

Modernizámos a legislação.

Aprovámos uma nova lei do divórcio, que elimina a necessidade de determinação de culpa, no caso dos divórcios sem mútuo consentimento dos cônjuges.

Descriminalizámos a interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas de gestação.

Aprovámos legislação para concretizar a Lei da Liberdade Religiosa. Assim, passa a permitir-se que os casamentos religiosos de todas as confissões se possam realizar perante os respectivos ministros de culto e ser registados nas conservatórias do registo civil. (Anteriormente, só os casamentos celebrados perante padres católicos é que tinham estes efeitos e podiam ser registados; os cidadãos casados por ministros do culto de outras confissões tinham de celebrar um novo casamento nas conservatórias do registo civil).

Desenvolvemos o processo electrónico nos tribunais.

Em 2005, não existiam aplicações de suporte ao trabalho dos juízes e magistrados do Ministério Público nos tribunais judiciais nem a possibilidade de advogados e solicitadores entregarem injunções, peças processuais e documentos através da Internet, sem o envio de cópias em papel. Existia apenas a aplicação Habilus que auxiliava o trabalho das secretarias. Todos os processos se baseavam no papel.

A partir de Janeiro de 2009, a larga maioria dos actos em cerca de 74% dos processos judiciais em primeira instância (cíveis, laborais e de família) passaram a estar disponíveis na sua versão electrónica para todos os intervenientes no processo. Assim se consegue atingir vários objectivos: uma justiça mais transparente e acessível, porque passa a ser mais fácil consultar e conhecer os processos, as sentenças e as decisões; processos mais rápidos, porque a tramitação é mais simples, com mais automatismos e um circuito totalmente electrónico; melhor gestão e organização do trabalho, porque juízes e procuradores dispõem de instrumentos que lhes permitem conhecer e organizar melhor os processos; e a redução drástica do papel consumido, porque o processo físico é mais pequeno, mais simples e melhor organizado.

Procedemos à simplificação administrativa na área dos registos.

Até 2005, não existiam balcões únicos nas conservatórias nem serviços on-line ao

dispor de cidadãos e empresas. Estes tinham de se deslocar várias vezes a vários serviços administrativos para tratarem de actos da sua vida do dia-a-dia. Todo o processo se baseava no papel; e as conservatórias tinham atrasos constantes para fazer um registo.

Em 2005 foi delineada a estratégia de desmaterialização, eliminação e simplificação de actos e processos na Justiça, assente em três vectores: criar balcões únicos que possam ser considerados como protótipos da mudança do serviço; simplificar e eliminar formalidades e burocracias; e criar serviços on-line para todas as áreas.

Entre 2005 e 2009, todo o processo passou a basear-se em aplicações informáticas e reduziram-se substancialmente os serviços de registo com atrasos.

Foram criados quase mil balcões únicos (Nascer Cidadão, Casa Pronta, Documento Único Automóvel, Heranças, Divórcio com Partilha, Empresa na Hora, Sucursal na Hora, Associação na Hora, Soluções Integradas de Registo).

Foram criados 10 serviços on-line, que prestam um serviço inovador e de qualidade às empresas e aos cidadãos (Empresa on-line; Registo Comercial na Internet; Certidão Permanente; Certidão Permanente em Inglês; Informação Empresarial Simplificada; publicação on-line dos actos societários; pedido on-line de Registo de Marcas e Patentes; Registo Civil on-line; Automóvel on-line; Registo Predial on-line).

O nível de implantação destes procedimentos simplificados e a redução de custos que representam, para os cidadãos e as empresas, podem ser aferidos através de alguns exemplos: em Março de 2009, o tempo médio para constituir uma empresa estava nos 35 minutos; quase 800 mil informações empresariais simplificadas foram enviadas, em 2007 e 2008, pelas empresas ao Estado, por uma única vez e por via exclusivamente electrónica; e milhão e meio de actos da vida das empresas já foram objecto de publicação on-line, estimando-se que as empresas tenham assim poupado mais de 33 milhões de euros.

Investimos nas infra-estruturas.

O programa de reestruturação e modernização do sistema judicial na sua globalidade, em termos de organização, de gestão e de infra-estruturas e equipamentos, abarca as redes judiciárias (campus da justiça, tribunais e salas de audiências), de estabelecimentos prisionais e de centros educativos.

Neste âmbito, desde 2005, foram inaugurados quatro palácios da justiça e cinco novos tribunais. Ocorreram também 53 intervenções de remodelação, conservação, beneficiação e eliminação de barreiras arquitectónicas, em palácios de Justiça, tribunais e juízos.

Quanto aos estabelecimentos prisionais, iniciámos um programa de reestruturação da rede e de melhoria das condições de funcionamento, de modo a dotar o País de uma rede optimizada de 32 estabelecimentos prisionais, face aos 58 anteriormente existentes. Neste âmbito, procedeu-se à abertura do Estabelecimento Prisional de Segurança Máxima de Monsanto, à remodelação e beneficiação de seis estabelecimentos prisionais, bem como a intervenções realizadas no âmbito do programa de erradicação do balde higiénico ou com vista ao reforço das condições de segurança. Foram já encerrados nove estabelecimentos prisionais, por não reunirem condições funcionais e de dignidade adequadas à função de reclusão num Estado de Direito.

32. Promovemos a segurança e a defesa, como condições da liberdade.

Modernizámos a política de Defesa Nacional.

Novas Leis da Defesa Nacional e de Bases da Organização das Forças Armadas, associando às missões tradicionais das Forças Armadas as missões militares internacionais e o combate a ameaças transnacionais, e garantindo uma maior eficácia de resposta operacional com a criação do Comando Operacional Conjunto, em linha com o que acontece nos países da NATO e da União Europeia.

Primeira Lei de Programação em Infra-estruturas Militares, concretizando, de forma auto-sustentada, a disponibilização e rentabilização de património, sem utilização militar, para a construção e requalificação de infra-estruturas e a capitalização do Fundo de Pensões.

Reforma do ensino superior militar, alinhando-o com o Processo de Bolonha e criando, em substituição dos três institutos superiores dos ramos, um único Instituto Superior de Estudos Militares.

Dignificação da função militar, através do aumento do suplemento de condição militar, da promoção da sustentabilidade do Fundo de Pensões e da adequação das regras de assistência de saúde e de aposentação à especificidade da condição militar.

Prioridade aos assuntos do mar, com a aprovação da Estratégia Nacional para o Mar e a apresentação, às Nações Unidas, da candidatura para a extensão da plataforma continental de Portugal.

Reformámos o sistema de segurança interna.

A nova Lei da Segurança Interna substituiu uma lei com mais de vinte anos e adaptou o sistema de segurança interna às novas dimensões da segurança e às novas realidades (como o terrorismo ou a criminalidade ambiental). Foi criada a figura de secretário-geral do sistema de segurança interna, com funções de coordenação, podendo assumir funções de comando das forças policiais em casos excepcionais de terrorismo, ataques

a escolas, hospitais ou prisões, e de ameaças às redes de transportes e abastecimento, mediante decisão do Primeiro-Ministro com comunicação prévia ao Presidente da República.

Aprovámos a primeira lei de programação em instalações e equipamentos das forças de segurança, determinando a duplicação do investimento até 2012. A aplicação da lei já permitiu um reapetrechamento das forças de segurança em todos os domínios, incluindo armas e carreiras de tiro.

Aprovámos a nova Lei de Organização da Investigação Criminal, que prevê a cooperação entre todas as polícias, e criámos o Sistema Integrado de Informação Criminal, que assegura a troca de informações entre elas, com base na interoperabilidade de sistemas.

Aprovámos uma nova lei das armas, que tipifica o crime de tráfico de armas, pune severamente os crimes cometidos com armas e prevê acções preventivas de detecção e apreensão de armas ilegais.

Recrutámos novos efectivos para as forças de segurança e reorganizámos o seu dispositivo territorial, com eliminação de incongruências entre GNR e PSP.

Reformámos o sistema de protecção civil.

Aprovámos a nova lei de bases da protecção civil. Ela estabelece o princípio do comando único, de modo a que os agentes actuem, no plano operacional, sob um comando único; institui a Autoridade Nacional da Protecção Civil; e reforça os poderes das autoridades de protecção civil para prevenir riscos e enfrentar ocorrências e suas consequências, designadamente quanto ao uso do solo e à contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços, em situações de calamidade.

A reforma teve particular expressão no combate aos fogos florestais, segundo a lógica do fortalecimento do comando operacional e da prioridade à primeira intervenção.

Os meios de combate, designadamente os meios aéreos, foram reforçados, dispondo agora o Estado de um conjunto mínimo de aeronaves, gerido por uma empresa de meios aéreos.

Foram criadas duas companhias de bombeiros profissionais (“canarinhos”), equipas municipais de intervenção permanente e um corpo de combate aos fogos florestais na

GNR (o GIPS).

Reforçámos as medidas de segurança rodoviária.

Foram introduzidas regras mais rigorosas de condução automóvel, reforçando os meios de patrulhamento, aplicando penas e coimas mais pesadas e aumentando o controlo da condução sob efeito de álcool e em excesso de velocidade. Foi implantada a fiscalização da condução sob influência de substâncias psicotrópicas.

O número de mortos e feridos graves em acidentes de viação foi reduzido, logo a partir de 2006, para os níveis que estavam previstos para 2010 – uma antecipação, pois, de quatro anos no cumprimento do objectivo.

A melhoria significativa dos índices de sinistralidade rodoviária deve-se à conjugação de quatro factores: a) a melhoria da rede viária (em particular pela transformação de vias de grande tráfego em auto-estradas); b) os progressos no comportamento cívico dos condutores; c) a acção de patrulhamento das forças de segurança; d) os progressos na construção automóvel em matéria de segurança.

33. Aprofundámos a qualidade da democracia.

Reformámos o Parlamento, atribuindo mais poderes à Oposição.

Pela primeira vez, um partido com maioria absoluta liderou uma reforma do funcionamento do Parlamento de que resultaram mais poderes de fiscalização do Governo e da administração e mais direitos potestativos para os grupos parlamentares de oposição.

Também pela primeira vez, o Primeiro-Ministro passou a comparecer quinzenalmente na Assembleia, para debate político.

Foi reforçado o regime de incompatibilidades no exercício da função de Deputado.

A Assembleia foi também objecto de uma importante operação de modernização tecnológica.

Aprovámos a Lei da Paridade.

A Lei da Paridade é um contributo decisivo para a maior participação política das mulheres e para a representação política de ambos os géneros.

A lei fixa em 33,3% a representação mínima para ambos os sexos nas listas eleitorais e impede a apresentação consecutiva de mais de dois candidatos do mesmo sexo. Acaba assim com uma arreigada prática de discriminação das mulheres, na constituição de listas.

Antes da aprovação da lei, o PS já tinha introduzido internamente, por via estatutária, a regra da paridade. Não admira, pois, que, na legislatura de 2005 a 2009, o número de deputadas socialistas fosse mais de três vezes superior à soma das deputadas de todos os restantes grupos parlamentares.

Limitámos os mandatos executivos.

Impôs-se o limite de três mandatos susceptíveis de serem exercidos consecutivamente pelos titulares dos órgãos executivos autárquicos (câmaras municipais e juntas de

freguesia).

Regra análoga foi introduzida, pelo Estatuto Político-Administrativo dos Açores, quanto ao cargo de Presidente do Governo Regional.

Eliminámos, ainda, as subvenções especiais para titulares de cargos políticos.

Desenvolvemos a profissionalização da gestão pública.

Reposição de procedimentos concursais para o recrutamento de dirigentes intermédios da administração pública.

Redução do número de cargos de confiança política.

Desenvolvemos a regulação na comunicação social.

Criação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Promoção da auto-regulação profissional dos jornalistas, com reforço das competências da Comissão da Carteira Profissional do Jornalista.

Criação dos Provedores do Ouvinte e do Telespectador no serviço público de rádio e televisão.